U.PORTO

MESTRADO
ECONOMIA E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Empregabilidade de Indivíduos em Situação de Sem-abrigo: Estudo Aplicado ao Concelho do Porto

BRUNA BARBOSA FERNANDES

M

2022



U.PORTO

FEP FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

A Empregabilidade de Indivíduos em Situação de Sem-abrigo: Estudo Aplicado ao Concelho do Porto

Bruna Barbosa Fernandes

Dissertação

Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos

Orientado por

Maria da Conceição Pereira Ramos

Setembro 2022

Pela minha Mãe,

Que me ensinou, entre tantas coisas, a nunca desistir.

Pelo meu Pai,

Que acredita em mim incondicionalmente.

Pelo meu Namorado,

Que me inspira mais qualquer pessoa e me incentiva a ser melhor.

Agradecimentos

Na elaboração de uma dissertação há um percurso longo e muitas vezes solitário a percorrer. E são os momentos de solidão que enfatizam a importância de estar rodeado de pessoas que nos preenchem e nos motivam e por essa razão saliento os meus agradecimentos especiais:

À Professora Maria da Conceição Ramos, pela sabedoria que sempre me transmitiu, pela disponibilidade e a presença constante e pelo permanente encorajamento. Serei sempre grata pela sua dedicação, empenho e paixão pela academia e seus alunos.

À Sofia Conceição, a minha primeira chefia e uma líder brilhante, que sempre demostrou flexibilidade para a conjugação da minha vida académica e profissional. Pessoa que eu admiro para além da esfera profissional e que sempre me ajudou sem pedir nada em troca.

À Casa da Rua, aos seus utentes e profissionais, pela recetividade e amabilidade demonstrada. Agradeço a partilha de todas as histórias de vida que me enriqueceram a alma e me trouxeram novas perspetivas.

À minha família e a todos os meus amigos, pelo alento e o apoio que sempre se fez sentir.

Resumo

A instabilidade vivida na Europa, agregada a uma realidade marcada pela Covid-19, fragilizou as economias mundiais e destabilizou o quotidiano da população. A presente crise económica acentuou os problemas sociais e vulnerabilizou, ainda mais, os indivíduos que já se encontravam em situações precárias. Num contexto onde a obtenção e a conservação de um emprego são fulcrais (mas por vezes não suficientes) para a sustentabilidade financeira de um indivíduo, considerou-se pertinente investigar as principais adversidades na empregabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo.

Para o efeito, aplicou-se uma metodologia de caráter qualitativo por meio de uma recolha de dados realizada através de entrevistas semiestruturadas conduzidas a nove indivíduos em situação de sem-abrigo e dois membros da equipa técnica da Casa da Rua. Posteriormente os dados foram analisados com recurso a tabelas de análise de conteúdo.

Os resultados do estudo corroboram a literatura, salientando que na sua maioria os indivíduos nesta conjetura são desempregados e têm perfis de empregabilidade pouco competitivos no mercado. O baixo nível de escolaridade, a dificuldade de acesso às vagas, a ausência de uma carreira especializada e o preconceito são os principais desafios enfrentados pelos participantes. Por outro lado, os indivíduos inseridos no mercado de trabalho estão associados à economia informal caracterizada pelos baixos salários e a falta de proteção laboral. Ainda que a obtenção de um emprego não garanta a saída da conjuntura adversa enfrentada por estas pessoas, a inserção profissional, mesmo que informal, é percecionada pelos mesmos como um ponto fulcral nas suas vidas.

Finalmente, consegue-se ainda concluir que os benefícios de um emprego transcendem a esfera económica. A criação de sentimento de pertença à sociedade, a promoção de autoidentidade e o impacto nos relacionamentos interpessoais são externalidades da obtenção de um emprego que moldam o percurso de vida dos indivíduos, em particular daqueles afetados pelas mais diversas vicissitudes.

Palavras-chave: Sem-Abrigo; Empregabilidade; Pobreza; Exclusão, Habitação

Abstract

The instability experienced in Europe, combined with a reality marked by Covid-19, weakened world economies and destabilized the daily lives of the population. The present economic crisis has accentuated social problems and made individuals who were already in precarious situations even more vulnerable. In a context where obtaining and keeping a job are crucial (but sometimes not sufficient) for an individual's financial sustainability, it was considered relevant to investigate the main adversities in the employability of homeless people.

For this purpose, a qualitative methodology was applied and were conducted semi-structured interviews to nine homeless individuals and two members of the Casa da Rua technical team. Subsequently, the data were analyzed using content analysis tables.

The results of the study corroborate the literature, highlighting that the majority of individuals in this conjecture are unemployed and have low-competitive employability profiles in the market. The low level of education, the difficulty in the access of work vacancies, the absence of a specialized career and prejudgment are the main challenges faced by the participants. On the other hand, individuals who are employed are often associated with the informal economy characterized by low wages and lack of labor protection. Although getting a job does not guarantee the exit from the adverse situation faced by these people, the professional insertion, even if informal, is perceived by them as a central point in their lives.

Finally, it is possible to conclude that the benefits of a job transcend the economic sphere. The feeling of belonging to society, the promotion of self-identity and the impact on interpersonal relationships are externalities of obtaining a job that shape the life course of individuals, in particular those affected by the most diverse vicissitudes.

Key Words: Homeless; Employability; Poverty; Exclusion, Housing

Índice

1. Introdução 1
2. Revisão de literatura 4
2.1. A pobreza e a exclusão: a caracterização do fenómeno 4
2.1.1. O Rendimento Social de Inserção 5
2.1.2. Principais indicadores de pobreza em Portugal 6
2.1.3. A exclusão 6
2.2. O conceito de Sem-Abrigo 7
2.2.1. Fatores de exclusão 7
2.2.2. O enquadramento em Portugal 9
2.2.3. Os SA e a empregabilidade 10
2.3. O combate ao fenómeno de SA 12
2.3.1. A habitação Social 12
2.3.2. O desafio da harmonização do conceito na UE e a estratégia de sucesso do Housing First 14
3. Metodologia 18
4. Discussão de Resultados 21
4.1. O combate ao fenómeno de SA 21
4.2. Percursos de vida 23
4.2.1. A desestruturação familiar 23
4.2.2. O ponto de rutura – as histórias de vida 25
4.3. A empregabilidade 27
4.3.1. *Background* profissional e situação atual 27
4.3.2. As adversidades do mercado de trabalho – o acesso às vagas 29
4.3.3. SA integrados no mercado de trabalho – condições laborais 31
4.4. Dimensão do emprego 32
4.5. Perspetivas de melhoria na assistência e ao combate ao fenómeno dos SA/ Perspetivas futuras 34
5. Conclusão 38
6. Bibliografia 42
7. Apêndices 46
7.1. Guião de entrevista - Equipa técnica de acompanhamento dos SA 46
7.2. Guião de entrevista - Indivíduo em situação de SA 47

7.3 Tabela 1: Análise de conteúdo 48

Índice de Quadros

Quadro 1: Caraterização dos entrevistados 19
Quadro 2: Caracterização da equipa técnica entrevistada 20
Quadro 3: Síntese do nível de escolaridade dos SA entrevistados 22
Quadro 4: Breve enquadramento familiar dos participantes 24
Quadro 5: Beneficiários do RSI 34
Quadro 6: Ambições futuras dos SA 36

1. Introdução

Desde a década de 60 que o trabalho deixou de ser caracterizado apenas pelo exercício de funções ou a prestação de um serviço. A mudança de paradigma veio incentivar a visão holística dos investigadores sociais acerca do trabalho e de todas as vertentes que este fenómeno detém. Este é agora um meio que determina "padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida" (Sorj, 2000, p.25). Assim, a inserção no mercado de trabalho traduz-se num fator multidimensional que interfere diretamente em vários domínios da vida de um indivíduo e lhe "confere um valor social, construído historicamente, que reproduz coletivamente o imaginário de valorização moral do trabalhador". (Alcântara, Abreu & Farias, 2015, p.132).

Dada a significância e o impacto que um emprego tem, tanto no modo como um indivíduo se perceciona a si mesmo, como na forma como este se insere e age em sociedade, considerou-se pertinente compreender se pessoas mais vulneráveis, nomeadamente as pessoas em condição de sem-abrigo (SA), têm acesso, nas mesmas condições, às oportunidades associadas à obtenção de um emprego. A decisão de estudar uma amostra tão específica cabe na conceção de que o desemprego desta população pode ser visto como uma causa-efeito da sua situação.

Os indivíduos, abrangidos por esta conjetura, tendem a estar desprovidos de mecanismos para se tornarem profissionais competitivos e atrativos para o mercado de trabalho devido a entraves associados à falta de habitação, de higiene, de saúde, de cumprimento de regras e burocracias laborais e de acesso a transportes (Aldeia, 2012; Timothy et al., 2021; Hendry et al., 2017). Assim, "o estatuto de trabalhador é lhes negado, dada as características de irregularidade, informalidade, não qualificação e ausência de remuneração das atividades desenvolvidas nas ruas" (Alcântara, Abreu & Farias, 2015, p.132), fazendo com que a sua integração do mercado de trabalho seja um processo complexo.

Nesta dissertação foram aprofundadas temáticas como a pobreza e a exclusão impulsionadas pela inexistência de um emprego, bem como as dificuldades associadas ao acesso às oportunidades disponíveis no mercado de trabalho, quando as esferas da vida pessoal e social são marcadas pela falta de um abrigo.

A correlação entre o desemprego, a pobreza e a exclusão é um tópico que os gestores de Recursos Humanos não devem desconsiderar. A pandemia provocada pela Covid-19 e a

situação vulnerável que se vive na Europa veio evidenciar ainda mais esta realidade, pois a uma crise sanitária associou-se uma crise económica e social. Neste sentido, o objetivo de criar uma sociedade socialmente sustentável passa, também, pela discussão de mecanismos de integração de pessoas vulneráveis no mercado de trabalho. Assim, em tempos tão controversos, onde a falta de emprego é um fator determinante na qualidade de vida das pessoas e das suas famílias, considerou-se pertinente estudar os casos mais extremos de ausência do emprego em contexto desfavorável, surgindo a seguinte inquietação que nos interroga: é sem-abrigo por não arranjar emprego ou não arranja emprego porque é sem abrigo?

Por conseguinte, procurou-se responder às seguintes questões de investigação: i) compreender, através de narrativas de vida, como é que a falta de emprego pode levar à condição de falta de habitação; ii) quais os principais desafios que estas pessoas enfrentam na tentativa de obtenção de um emprego; iii) identificar quais as perspetivas dos indivíduos em situação de SA em relação às estratégias utilizadas para o combate ao fenómeno.

De modo a responder aos tópicos supramencionados, optou-se por uma metodologia qualitativa através de uma técnica de recolha de dados utilizando entrevistas semiestruturadas a indivíduos em situação de SA. No decorrer desta investigação, dispôs-se da cooperação da Casa da Rua, instituição que integra a Santa Casa da Misericórdia do Porto, que agilizou o contacto com pessoas em situação de SA. Neste sentido, foram realizadas onze entrevistas, sendo que nove correspondem a utentes da instituição e duas são correspondentes a membros da equipa técnica. No que concerne ao tratamento dos dados, numa primeira fase foram transcritas todas as entrevistas e de seguida elaboradas tabelas de análise de conteúdo (ver apêndice) para melhor organização e escrutínio dos dados recolhidos.

Com a aplicação da técnica descrita, constatou-se que na sua maioria os participantes se encontram em situação de desemprego de longa duração, onde as suas principais dificuldades na obtenção de um emprego se associam à procura de oportunidades, à insuficiência de *hard skills* e ao preconceito. Para além disso, também se explorou as condições laborais dos participantes inseridos no mercado de trabalho chegando à conclusão que todos eles vivem em situações precárias e de vulnerabilidade laboral, traduzindo-se no desprovimento de contractos de trabalho, horários acrescidos e inexistência de saúde e segurança no trabalho.

A presente investigação começa por apresentar, no capítulo 2, uma revisão de literatura acerca da pobreza e da exclusão, passando por tópicos como as estratégias de combate aos SA (comparação com experiências de outros países) e a sua empregabilidade. Após uma descrição da metodologia utilizada no capítulo 3, é possível verificar os diferentes testemunhos recolhidos dos SA, bem como a sua análise e comparação com a literatura, no capítulo 4. Finalmente, no capítulo 5 apresenta-se uma breve conclusão, onde se sistematizou o cumprimento dos objetivos da investigação e averiguou os resultados e as principais dificuldades experienciadas durante o processo de elaboração da dissertação, assim como algumas pistas para futuras investigações.

2. Revisão de literatura

2.1. A pobreza e a exclusão: a caracterização do fenómeno

As primeiras investigações acerca da pobreza surgiram nos anos oitenta fruto da crise socioeconómica vivida à época. Sendo certo que a pobreza era fenómeno comum na vida dos atores sociais, foi apenas naquela época que se tornou objeto de estudo para os investigadores. Nas décadas seguintes vários estudos providenciaram diversas conceptualizações que servem hoje de base para estudos mais atuais. Neste sentido, numa vertente mais tradicional, assente na tradição socioeconómica, autores como Rowntre (1902, citado em Valduga & Ferreira, 2019), distinguiram a pobreza absoluta (caracterizada pela incapacidade de um indivíduo ou de famílias conseguirem satisfazer as suas necessidades básicas), da pobreza relativa (que tem como base o princípio de que não existem padrões universais de necessidades básicas e que as mesmas diferem consoante as sociedades e os estilos de vida em que cada ator social está inserido). Ainda nesta perspetiva, investigadores como Warner e Lunt (1941; 1942) ou Foote (1943), estudaram este fenómeno através de uma ótica culturalista, procurando conceptualizar a pobreza de forma antropológica, concluindo que o nascimento e a pertença prolongada a uma conjetura de pobreza constituem um ciclo vicioso de onde os indivíduos tendem a não conseguir sair.

Numa vertente mais atual, investigadores como Hoven (et al., 2016, p. 669) salientam o ideal sustentado pelo "welfare state", de que a melhor forma de sair da pobreza é através do trabalho. Neste sentido, "um sistema de benefícios justo e acessível e a inclusão no mercado de trabalho são vistas como etapas cruciais nos esforços para reduzir a pobreza" (Hoven et al, 2016, p. 669).

No que concerne ao "fenómeno de sem-abrigo é geralmente associado à pobreza, considerando-se como o escalão mais baixo da pobreza" (Silva, 2007, p. 73). Baptista e Marlier (2019, p.42) confirmam a associação entre a pobreza, o desemprego e o fenómeno dos SA, acrescentando que é "importante notar que o papel dos benefícios de bem-estar social - particularmente esquemas de rendimento social de inserção (RSI) ou outros benefícios testados - são considerados residuais e/ou inadequados". Reiterando também que em Portugal, o RSI representa uma das maiores fontes de rendimento dos indivíduos SA.

2.1.1. O Rendimento Social de Inserção

Foi em 1996 que se criou uma das primeiras leis de apoio social para o combate à pobreza que existia em Portugal. Através da Lei n.º19-A/96, de 29 de junho, foi criado o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), que visava um apoio pecuniários aos indivíduos em situações financeiras frágeis. Assim, "a criação do rendimento mínimo garantido institui pela primeira vez em Portugal um sistema universal de mínimos sociais e funda um novo patamar na rede de proteção universalista" (Branco, 2001, p.308). Este apoio estava limitado a critérios específicos que tinham como principal objetivo a inserção social dos beneficiários, assim estes indivíduos tinham de se comprometer a frequentar um programa, orientado por técnicos especialistas, que lhes dava mecanismos para a reintegração. A grande finalidade do RMG era então bidirecional, visando não só o combate à pobreza, mas também reforçar a coesão social (Ferreira, 2015). "É um direito de cidadania que atenua as desigualdades mais gritantes e promove a coesão social" (Ramos, 2003, p. 177).

O RMG foi a "primeira medida a colmatar a falta de um rendimento mínimo de subsistência para quem não tem quaisquer recursos, independentemente de terem pago ou não contribuições para o sistema de segurança social, e, simultaneamente, a dar resposta a uma série de necessidades que se encontram claramente no domínio da ativação social, mas não se limitam à ativação laboral" (Batista & Cabrita, 2009, p.6). Esta política pública veio alterar a história dos apoios sociais em Portugal, uma vez que era universal, focada na redistribuição dos recursos e na satisfação de necessidades básicas, promovendo a inserção social.

Em 2003, o RMG mudou de designação para Rendimento Social de Inserção, no entanto a finalidade deste apoio permanece: permitir às pessoas um nível de rendimento considerado como um limiar indispensável à sobrevivência. Esta "ajuda social conserva um carácter subsidiário relativamente a todas as outras formas de ajuda e destina-se a cobrir as necessidades essenciais das pessoas" (Ramos, 2016, p.28). Segundo o INE (2022), em 2020 existiam 257.939 beneficiários, sendo que 124.484 eram do sexo masculino e 133.455 pertenciam ao sexo feminino., no que concerne à faixa etária a maior número de beneficiários prende-se entre os 40 e os 54 anos.

O usufruto da comunidade SA do RSI não é um tema muito desenvolvido na literatura. No entanto, é sabido que a maior parte dos beneficiários deste apoio são pessoas em situação de desemprego de longa duração, fator que contribui para uma situação de SA.

Durante a realização das entrevistas que fizemos a estes indivíduos tentou-se perceber se os mesmos conheciam e usufruíam deste tipo de apoio.

2.1.2. Principais indicadores de pobreza em Portugal

Um dos indicadores que permite aferir os níveis de pobreza em Portugal é o índice de limiar do risco de pobreza. Estes dados permitem definir "o valor abaixo do qual se considera que alguém tem baixos rendimentos face à restante população" (Pordata, 2021a). Ainda nesta linha de pensamento e como supramencionado "a linha de pobreza é relativa, isto é, varia consoante o nível e a distribuição dos rendimentos entre a população de cada país" (Pordata, 2022a). Assim, em Portugal, considera-se que alguém que viva com menos de 6.653 euros anuais, estará no risco de limiar de pobreza.

No que concerne à percentagem de pessoas que "ficam abaixo do valor fixado para o limiar de risco de pobreza" (Pordata, 2022b), antes de qualquer transferência social[1], Portugal tem 43% da população em risco de pobreza. Posteriormente à atribuição de determinados apoios, inframencionados, a percentagem deste risco desce para 18,4% em 2020.

Relativamente à taxa de intensidade de pobreza que mede "a diferença entre o rendimento mediano equivalente disponível de indivíduos abaixo do limiar de risco de pobreza e o limiar de risco de pobreza" (Pordata, 2022c), em 2020 pode-se constatar que metade dos indivíduos abaixo do limiar de pobreza auferem um rendimento anual inferior a 27,1% do valor considerado como limiar de risco de pobreza.

2.1.3. A exclusão

Em meados dos anos setenta surge o conceito de exclusão social impulsionado pela crise económica vivida à época. O fenómeno definido por Gilles Lamarque (1995) caracterizava-se "pela rutura dos laços sociais, isto é, pela produção de situações de desfiliação e crise das relações primárias entre os indivíduos precarizados e o seu meio" (Guerra, 2012, p.92).

[1] "As transferências sociais incluem pensões de velhice (reforma) e de sobrevivência; subsídios de desemprego; subsídios à família; subsídios de doença e de invalidez; subsídios de educação; subsídios de habitação; subsídios de combate à exclusão social." (Pordata, 2021)

Com o passar das décadas a problemática foi ganhando diversas conceções, não tendo uma definição concreta na literatura científica. Para Ramos (2003), a exclusão é o oposto da cidadania e da inclusão social. Uma das dificuldades associadas à conceptualização passa pelo facto de coexistirem "ao nível da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros" (Rodrigues et al, 2017, p.64).

Embora se tratem de conceitos distintos, a pobreza e a exclusão social são frequentemente associadas por uma relação de causalidade, tendo consequências em múltiplas esferas da vida dos indivíduos, como na habitação, na escolaridade ou no acesso ao mercado de trabalho. Assim, Rosa e Guadalupe (2015, p. 171) afirmam que no caso dos SA "não se trata de mera exclusão da esfera habitacional ou da esfera profissional", mas "da restrição das redes de relações (em dimensão, diversidade e densidade) associadas a um esboroamento do laço social."

2.2. O conceito de Sem-Abrigo

A teorização do conceito de "sem-abrigo" é, como qualquer outra problemática de cariz social, palco de uma multiplicidade de conceções, que muitas vezes variam e divergem entre si. Neste sentido, segundo Aldeia (2012, p. 136), "a única coisa que todas as definições parecem ter em comum é o facto de serem baseadas nas carências dos indivíduos que vivem na rua: a falta de casa, de laços sociais, de dinheiro, de saúde física e/ou mental". Noutra perspetiva, Nobre (2020, p.339) salienta a situação de SA como "um processo resultante de uma combinação de fatores adversos que sucedem ao longo do tempo com consequências perduráveis e impactos diversificados, que se articulam de formas complexas."

2.2.1. Fatores de exclusão

A falta de habitação ("housing problem") é um fenómeno que tem vindo a emergir nas últimas décadas e se baseia na dificuldade de os indivíduos conseguirem comprar ou arrendar uma casa por falta de condições financeiras. Esta situação de precariedade habitacional é uma conjetura que, para além de afetar os SA (normalmente afastados do mercado laboral), impossibilita também parte da população ativa, transformando-se num fenómeno recente de "in work poverty". A inflação dos mercados imobiliários, associada a baixos salários ou até a uma situação de desemprego, faz com que "uma parte cada vez mais

significativa da população não tenha acesso à habitação devido à discrepância entre os vencimentos e os valores das rendas" (Santos, 2019, p.250).

Assim, "as despesas na habitação e, muito em particular, a parte do rendimento disponível que é alocado a estas despesas é um indicador importante das condições de vida dos indivíduos, nomeadamente porque um peso mais elevado destas despesas traduz uma proporção menor do rendimento disponível para fazer face a outras responsabilidades" (Diogo, 2021, p.38). Por este motivo, a instabilidade desta circunstância é um fator que dificulta tanto a integração no mercado de trabalho (tópico abaixo analisado), como a independência dos trabalhadores para procurarem oportunidades laborais melhores pelo medo das consequências da precariedade.

Numa outra perspetiva, com uma tipologia temporal, existem investigadores que configuram os SA de acordo com o tempo passado neste contexto, diferenciando, por exemplo, os "SA crónicos", que vivem neste cenário por um período de tempo prolongado, sem qualquer expectativa de reintegrar na sociedade, dos "novos SA", indivíduos inseridos nesta conjetura há pouco tempo e com expectativas de uma eventual inserção social (Pereirinha, 2008). Neste sentido, "há autores que consideram a pessoa sem-abrigo se no dia anterior ao da investigação passou a noite na rua, num abrigo ou num local impróprio para habitar, outros se durante um determinado período de tempo, semana, mês, ou ano, pernoitou em locais não adequados" (Silva, 2007, p. 73).

A escolaridade é também um fator que se mostra usual aquando da categorização dos SA. Ramos (2007) aponta na sua investigação as qualificações como fator chave para a integração no mercado de trabalho. Também Diogo (2021, p.40), salienta que existe uma "relação inversa entre o nível de instrução mais elevado obtido e a fragilidade face a situações de pobreza, confirmando-se assim a importância apontada por diversos estudos quanto ao papel das qualificações na redução da pobreza monetária". O mesmo justificou a sua posição fazendo uma comparação entre a taxa de pobreza entre as pessoas com qualificações inferiores ao primeiro ciclo do ensino básico (46,5%) e a taxa de pobreza entre as pessoas com o ensino superior (4,9%). Segundo os dados da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo (ENIPSSA 2021), em Portugal, em 2020, 31% dos indivíduos nesta condição tinham o primeiro ciclo de ensino completo e 32% o segundo e o terceiro ciclos.

"Outro problema a que o trabalhador não qualificado ou de baixo nível de qualificação está sujeito é o da economia informal. Quer por via dos salários, quer por outras

formas de rendimento nesse setor (trabalho por conta própria, por exemplo), é elevado o risco de cair na pobreza" (Ramos, 2003, p. 163).

Autores como Ravenhill (2008) e Kennedy et al. (2010), sublinham a necessidade de aquando do estudo deste fenómeno se procure fazer investigação que contemple todo o "curso da vida" do indivíduo. Só desta forma se poderá apurar, por exemplo, como é que o abandono escolar precoce pode traduzir-se numa situação de SA (Nobre, 2020).

Como se pode constatar, o conceito de SA é multidimensional, podendo ter em consideração fatores como o horizonte temporal em que individuo está a habitar na rua ou em abrigos, o seu percurso escolar ou a complexidade na obtenção de uma habitação. Outros autores referem ainda que esta problemática pode ser explicada pela "rutura emocional, a ausência de um sentimento de pertença familiar, o empobrecimento da sua rede de relações sociais primárias; socialmente a sua desfiliação, a frouxidão dos laços com as instituições, a sua situação de exclusão social" (Bento & Barreto, 2002, p. 244).

Desta maneira, a conjetura de SA pode ser tipificada através de diversas condições, que em alguns cenários se podem sobrepor. No decorrer da presente dissertação partiu-se da definição apresentada pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo, abaixo mencionada.

2.2.2. O enquadramento em Portugal

Segundo a ENIPSSA (2021), verificou-se que existiam, em Portugal, em 2020, aproximadamente oito mil e duzentas pessoas nesta condição, registando-se uma incidência superior nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Considera-se uma pessoa sem-abrigo, aquela que "independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito" (Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2017, de 25 de julho; ENIPSSA), sendo que "as principais causas estão associadas a dependência de álcool ou de substâncias psicoativas (2.442), desemprego ou precariedade no trabalho (2.347) ou insuficiência financeira associada a outros motivos (2.017)".

No que diz respeito à caracterização da amostra, a ENIPSSA, elaborou um perfil biográfico que permite identificar algumas caraterísticas comuns a esta população. Assim, no que ao sexo concerne, a maior parte desta população é do sexo masculino, com idades

compreendidas entre os quarenta e cinco e os sessenta e quatro anos. Relativamente ao estado civil, estes indivíduos são maioritariamente solteiros, o que também pode explicar a falta de apoio da família. Na ótica da escolaridade, como já foi supramencionado, estas pessoas têm em média o segundo e o terceiro ciclo de escolaridade e os seus únicos rendimentos provém do rendimento social de inserção.

Deste modo e como os dados acima demostram, ainda que a dependência do álcool e das substâncias psicoativas configurem a principal razão pela qual as pessoas vivem nesta condição, o desemprego e a precariedade são apontados como o segundo maior fator. É importante salientar, que apesar de as causas estarem a ser identificadas individualmente, existem casos onde a consequência da falta de um abrigo é uma sobreposição de vários fatores.

2.2.3. Os SA e a empregabilidade

No seu artigo "Job Coaching and Success in Gaining and Sustaining Employment Among Homeless People", Hoven et al. (2016, p.669) fundamentam a ideia de que as pessoas em situação de SA necessitam de um acompanhamento especializado aquando da preparação para a sua integração no mercado de trabalho. O facto de estas pessoas sofrerem de problemas adicionais, como a dependência ao álcool, às substâncias psicoativas ou até o facto de terem doenças físicas e mentais justificam, na ótica dos autores, a necessidade de um apoio mais personalizado.

No que concerne à empregabilidade dos SA, Aldeia (2014) reforça que o trabalho se apresenta como "uma forma de dignificação e rendimento" e que permite um "um fenómeno de afiliação por mediação, em que os indivíduos permanecem ligados à sociedade domiciliada pela atividade que desempenham", concedendo-lhes uma auto perceção de utilidade. "A situação de desemprego não se circunscreve à privação da fonte de rendimento e, por consequência, à questão da subsistência. Estar desempregado compromete os vínculos sociais, as redes de relações interpessoais que o emprego proporciona, o sentimento de participação na vida económica, as rotinas e a estruturação do tempo, os objetivos pessoais, o estatuto, o reconhecimento e a identidade social" (Barros & Moreira, 2015, p. 147).

A obtenção e a retenção de um emprego são, no entanto, processos complexos para esta população. Desta forma, Aldeia (2014) evidencia as dificuldades sentidas pelos SA sumarizando a premissa "no home, no job; no job, no home" (p. 34). A falta de habitação traduz-se na pernoita na rua ou em instituições o que dificulta a manutenção de necessidades

básicas como a higiene pessoal. Com a mesma perspetiva, Timothy et al. (2021) realçam que "um dos principais obstáculos para obter e manter um emprego é o acesso a uma habitação segura. A habitação ajuda na preparação para o trabalho porque permite comer, dormir e descansar e manter bens materiais relacionados com o emprego, como uma apresentação adequada" (p. 151).

Também "A incidência de problemas de saúde, como obesidade, diabetes, transtornos por uso de substâncias e doenças mentais são desproporcionalmente altos entre os sem abrigo" (Hendry, et al, 2017, p. 2). Fator que acaba também por se espelhar na aparência física, ressaltando ainda mais o desfavorecimento no acesso ao emprego (Aldeia, 2014).

Para além disso, os SA têm grandes dificuldades no cumprimento de horários, não só por não conseguirem dormir durante a noite, impactando a vida diurna (Aldeia, 2014), mas também por não disporem de despertadores que auxiliem no momento de acordar (Timothy et al., 2021). Neste contexto surge também o problema burocrático, seja pela falta de documentação pessoal atualizada, ou, por exemplo, de uma morada postal para diligências processuais (Aldeia, 2014; Timothy et al., 2021).

O transporte acrescenta-se como um fator de exclusão, quer pelo preço dos passes ou bilhetes que são necessários para seu usufruto, quer pelo facto de muitas vezes os mesmos não cumprirem horários pretendidos pelos trabalhadores. Fatores como a dificuldade em compreender normas sociais ou o facto de os SA estarem associados a condições de trabalho instáveis e precárias (habituais em mercados como o da construção civil, por exemplo) também são apontados pelos autores (Groton et al, 2017; Timothy et al., 2021).

Em suma, a ausência de uma habitação dificulta de diversas formas a empregabilidade dos indivíduos, começando pela sua saúde física e mental, passando pela sua aparência e tendo em conta fatores como um simples despertador e a capacidade de mobilidade. Assim, ainda que a "empregabilidade seja considerada com passo crucial para o fim dos sem-abrigo" (Timothy et al, 2021, p.153), existe uma dificuldade acrescida na integração desta população no mercado de trabalho, uma vez que "em primeiro lugar, o grupo-alvo geralmente é difícil de alcançar e é necessária ênfase especial para os integrar, em segundo lugar, os sem-abrigo são altamente carenciados e normalmente confrontados com uma variedade de barreiras" (Hoven et al., 2016, p.670).

2.3. O combate ao fenómeno de SA

Numa abordagem mais analítica, Baptista e Marlier (2019) apontam como um dos maiores entraves ao combate deste fenómeno a falta de fundos disponibilizados pela União Europeia (UE). No caso específico de Portugal, salientam que estas verbas ao invés de servir para "melhorar os serviços de apoio focados na habitação, a maior parte das alocações diretas estão concentradas no reforço apoio a serviços não habitacionais previamente existentes (por exemplo, alojamento temporário, centros e abrigos e equipas de intervenção direta)" (Baptista & Marlier, 2019, p.68).

2.3.1. A habitação Social

A garantia de uma habitação tem-se mostrado um desafio para diversas sociedades na UE. Para além de um mercado inflacionado pelo preço elevado dos imóveis, existe também uma tendência para a "crescente escassez de habitação de baixo custo, mudanças nas leis de arrendamento, a liberalização das rendas, limitado ou reduzido investimento em habitação pública e/ou social, maior insegurança de posse, baixa e inadequada níveis de apoio à habitação, cortes nos subsídios de habitação, critérios de elegibilidade mais rigorosos para o acesso habitação social e despejos crescentes" (Baptista & Marlier, 2019, p.13).

No que concerne à situação específica da habitação social, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define esta política como "o aluguer residencial, fornecido a um preço inferior do que o de mercado, direcionado e alocado de acordo com regras específicas, como uma necessidade identificada ou uma lista de espera" (OCDE, 2020, p.4). Apesar de existir uma definição formalizada, na aplicação de políticas públicas os países apresentam várias conceções do que é a habitação social e por essa razão têm diferentes critérios de elegibilidade, atribuindo assim diversos benefícios. Na Dinamarca, por exemplo, "a habitação social é definida como habitação geral, refletindo seu objetivo teórico de abrigar uma ampla gama da população dinamarquesa, e é fornecida por meio alugueres a preço de custo, através de uma variedade de associações de interesse público". (OCDE, 2020, p.4).

Por outro lado, em países como Portugal e a Alemanha, onde a percentagem de habitação social é consideravelmente inferior à da Dinamarca (entre 2 a 9% face a pelo menos 20% do total de residências), a abordagem à falta de habitação acessível passa por subsidiar os proprietários de habitações que escolham fazer um arrendamento a preços inferiores ao

do mercado. Assim, numa análise mais transversal, a OCDE demonstra que países como Países Baixos e a Dinamarca têm uma grande percentagem de habitação social face à habitação total (entre 37% e 20% respetivamente). Por outro lado, Portugal encontra-se num percentual negligenciável.

No que concerne ao caso específico dos SA, países como a Dinamarca e a Finlândia destacam-se por terem medidas com resultados promissores no combate a este fenómeno. Assim, a Finlândia foi por exemplo o único país da UE onde o número de SA decresceu. Esta "queda consistente (e baseada em evidências) dos SA ao longo das últimas décadas, que incluiu a adoção de uma resposta política estratégica de longo prazo, um compromisso político e uma abordagem cooperativa entre todas as entidades envolvidas no processo" (Baptista & Marlier, 2019, p.14). No caso finlandês, destacam-se como fatores de sucesso a mudança de ênfase na política social e de saúde, "em particular na adoção de uma estratégia de longo prazo, com base num objetivo comum, reunindo ONGs, municípios e o governo, havendo um foco no fornecimento de habitação permanente a preços acessíveis, como a principal prioridade, e na melhoria do suporte dos serviços, especialmente prestando apoio especializado às pessoas mais vulneráveis. (Baptista e Marlier, 2019, p.53). Por outro lado, na Dinamarca, salienta-se o método de "housing first" que se tem mostrado eficiente. Assim, Marques (2021, p.432), defende que "a habitação a preços acessíveis e com apoios, é cinco vezes mais barata do que certas respostas institucionais para pessoas sem-abrigo (prisões, colégios de reinserção e hospitais psiquiátricos) e cerca de metade do custo dos abrigos de emergência. Por esta razão não faz sentido continuar a insistir em respostas de acolhimento temporário, que não são capazes de resolver o problema de forma eficaz."

Para além de políticas públicas a longo prazo, uma colaboração transversal entre entidades como municípios, instituições sociais e até empresas de cariz solidário os países com maior eficácia no combate ao fenómeno dos SA têm também, como característica comum, uma monotorização regular das estratégias utilizadas. No caso dinamarquês, existem duas entidades externas que regulam através de um mapeamento semestral o sucesso das estratégias implementadas (o controlo é feito pelo Danish Centre for Social Science Research). Já na Finlândia, "o principal meio de monitorizar a eficácia das estratégias é através de estatísticas oficiais coletadas e monitorizadas a nível nacional e local" (Baptista & Marlier, 2019, p.64). No que concerne a Portugal, não existem evidências que existam entidades externas que se dediquem a este tipo de regulamentação (Baptista & Marlier, 2019).

De forma a combater a falta de acesso à habitação condigna, o Plano de Recuperação e Resiliência[2], financiado pela UE, prevê um investimento em habitação social que abrange mais de 26 mil agregados familiares. Segundo a Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), "a habitação constitui uma das componentes mais importantes do PRR".

Numa perspetiva acerca da empregabilidade, têm vindo a ser tomadas medidas socioprofissionais para esta população. Por exemplo em 2019, "foi publicado no Diário da República n.º 229, 2.ª série, o Despacho n.º 11199/2019, do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, sobre a elegibilidade das pessoas em situação de sem-abrigo inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), sendo equiparadas a desempregados, para efeitos de integração nas medidas Contrato-Emprego e Estágios Profissionais" (ENIPSSA, 2021). No que concerne a mecanismos que promovam uma integração do mercado de trabalho desta população, Hoven (2016) aponta também o *coaching* como uma abordagem que pode trazer efeitos positivos. Uma posição de aconselhamento mais aproximada ao SA é vista como um mecanismo eficaz para a sua integração no mercado de trabalho.

2.3.2. O desafio da harmonização do conceito na UE e a estratégia de sucesso do Housing First

A dimensão do fenómeno de pessoas em condição de sem-abrigo na Europa é um desafio que vários investigadores enfrentam. Primeiramente, a definição de "sem-abrigo" varia consoante país e/ou cidade. Para além disso não existe uma universalização de dados nacionais, pelo que "em alguns países, existem níveis nacionais, regionais ou mesmo estatísticas municipais, enquanto noutros apenas estão disponíveis estimativas" (Batista & Marliere, 2019, p.12).

No entanto, uma análise mais transversal aos diversos dados disponíveis, pode-se constatar que existiu um incremento das pessoas em situação SA em geral, na União Europeia. Nas últimas três décadas, apenas a Finlândia se salienta com uma tendência de diminuição deste fenómeno. No que concerne a Portugal, apesar de não ter registado

[2] Jornal Eco, 18/02/22. https://eco.sapo.pt/2022/02/18/comissao-de-acompanhamento-do-prr-com-varios-fatores-de-preocupacao-na-area-da-habitacao/

aumentos significativos, existe uma tendência de estabilização, o que pode indicar uma insuficiência das políticas públicas implementadas para combater esta problemática.

No que concerne a políticas públicas que se destacam pelo seu sucesso pode-se salientar o modelo de "The Housing first" (HF), que "tem como alicerce ideológico o recurso a uma intervenção de suporte individualizado e flexível, assente nos fundamentos base da psicologia comunitária, visando como missão primordial o término completo e definitivo de pessoas a viverem em situação de sem abrigo" (Martins, 2018, p.4). Esta metodologia caracteriza-se pela atribuição de habitações condignas a pessoas em situação de SA, visando a responsabilidade individual pela utilização das instalações e a total gestão do alojamento como se de uma habitação própria se tratasse. "O modelo Housing First é amplamente baseado no princípio de que a melhor forma de prevenir e travar a situação de SA é proporcionar às pessoas alojamento adequado e apoio de acordo com as suas necessidades, em vez de tentar torná-los "house ready" primeiro" (Batista & Marliere, 2019, p.89). Esta abordagem favorece a "presença de uma cultura de empowerment, contemplando aspetos como o reganho do controlo/escolha individual das pessoas e o recurso a habitações (T0s ou T1s) em boas condições e devidamente equipadas" (Martins, 2018, p.4).

A estratégia de HF, que abrange muito para além de atribuição de habitações, promove o envolvimento dos SA na comunidade e o sentido de pertença à mesma. Ao permitir o acesso a uma habitação própria, o indivíduo fica mais próximo de outros serviços públicos que lhe possam ser úteis. No entanto para que esta medida seja eficaz é importante salientar que as habitações disponibilizadas têm de ser "providas de qualidade estrutural (estado de conservação do imóvel, devidamente equipados com frigorífico, água quente, televisão, sofá ou cadeiras…) e em bairros integrados e centrais da comunidade". Assim, a atribuição de alojamento em bairros sociais, segregados da comunidade impossibilitará "o desenvolvimento de relações de suporte social e um sentimento de pertença à comunidade, facilitando assim a integração comunitária das pessoas" (Martins, 2018, p.13).

Ainda que uma habitação segura e condigna seja uma condição importante para a integração desta comunidade na sociedade, o programa de HF prevê um acompanhamento individualizado de equipas técnicas especializadas. Deste modo, "o programa HF tem dois requisitos: os residentes contribuem com 30% do seu rendimento para o pagamento da renda (rendimento social de inserção, pensões sociais ou outros rendimentos), assim como devem aceitar encontrar-se, pelo menos uma vez por semana, com a equipa técnica de suporte do programa" (Martins, 2018, p.17). O facto de os SA contribuírem, ainda que com um valor

simbólico, para a manutenção da habitação e as reuniões periódicas com os técnicos criam um sentimento de compromisso considerado importante no sucesso a longo prazo. No que concerne a, por exemplo, SA com adição ao álcool ou a substâncias psicoativas, este programa promove também um estímulo à recuperação e mesmo que os indivíduos continuem ou recaiam no uso de substâncias, o programa tem continuidade. (Martins, 2018).

Em 2009, Portugal foi dos primeiros países europeus a implementar a o programa de "Casa Primeiro" através da Associação para o Estudo e Integração Psicossocial. No total o programa contou com 45 adultos, todos eles em situação de SA, proporcionando-lhes habitações em Lisboa e em Cascais. Os resultados demonstraram que o programa teve impacto em diversas esferas da vida dos indivíduos, como num fortalecimento de laços com a família e a sociedade em geral, uma diminuição no consumo de álcool e drogas, um aumento no sentido de pertença traduzindo-se numa integração social ainda maior (Martins, 2018).

Segundo Batista e Marliere (2019, p.91), 20 dos 27 países da UE, já adotaram medidas de HF. Em Portugal, o primeiro programa Housing First foi estabelecido em Lisboa, em 2009. Embora exista um crescente interesse de vários municípios em adotar o Plano de HF, a disseminação do modelo tem sido lenta. Em países como a Finlândia e a Dinamarca, onde o combate a este fenómeno é mais eficaz, a abordagem de HF é a estratégia preponderante. Como já foi supramencionado Portugal tem apostado numa reinserção dos SA através de instituições de acolhimento e programas de reintegração ao invés de priorizar estratégias como a de HF.

No que concerne a práticas a desenvolver, Batista e Marliere (2019) salientam que Portugal prioriza "modelos de escalada" ao invés de uma aposta em serviços de alta densidade em relação à habitação. Ou seja, há um investimento mais focalizado no suporte de instituições de acolhimento e não há projetos baseados na resolução concreta na oferta de habitação acessível. Para além disso, as autoras salientam que tende a não existir uma cooperação entre as organizações de apoio social, criando um clima de competição entre as mesmas. O facto de o apoio estar segmentado entre municípios, ONG's, ou até instituições, faz com que não existam estruturas chave que coordenem de forma eficiente as estratégias de apoio. Deste modo, é fulcral centralizar as entidades para que possa existir uma maior harmonização entre políticas públicas. O facto de não existir uma entidade central faz com que, consequentemente, também não existam avaliações regulares aos programas de modo a

auferir se os mesmos estão a contribuir efetivamente para a irradicação do fenómeno dos SA.

Em suma, ainda que existam iniciativas com potencial no combate dos SA, ainda existem, em Portugal, várias lacunas que necessitam de ser revistas para travar o aumento deste fenómeno que se mostra cada vez expressivo. A covid-19 e a guerra iminente vivida na Ucrânia, veio salientar a importância de um sistema forte de segurança social que permita que todos os cidadãos tenham uma vida condiga.

3. Metodologia

No presente capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer desta dissertação para recolha e o respetivo tratamento de dados. O objetivo desta dissertação será compreender, em profundidade, a impacto da inexistência de um "teto" na vida dos indivíduos em situação de SA e de que forma é que a esta condição os impede de integrar no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Para o efeito, considerou-se que o método qualitativo, concretamente através da técnica de realização de entrevistas a indivíduos em situação de SA, seria o mais adequado para analisar e estudar as questões de investigação colocadas.

A aplicação desta metodologia justifica-se por diversas razões. Primeiramente, porque a investigação qualitativa se foca no significado e na interpretação, pelo que a informação retirada das narrativas de vida dos indivíduos será mais rica e relevante. Em segundo lugar, os dados podem ser problematizados de forma mais flexível, dando ênfase às diferentes conjeturas e perceções dos entrevistados. Esta metodologia prevê o "estudo dos indivíduos inseridos, preferencialmente, nos seus contextos sociais naturais, assentando, para o efeito, em métodos de recolha dos dados que apresentam uma forte relação com as circunstâncias da sua produção, embora podendo ser influenciados pelos interesses sociais e culturais dos participantes"(Gonçalves et al, 2021, p.14) Deste modo, "pesquisa de cunho qualitativo tem seu foco de interesse voltado para o indivíduo e para suas relações e interações com o ambiente (…) Por sua vez, supõe contacto direto e prolongado com o ambiente e a situação que está a ser investigada" (De Sousa & De Santos, 2020, p.1400). Assim, para a recolha de dados existiu uma deslocação às instalações da Casa da Rua para que todos os participantes se sentissem mais familiarizados com o ambiente circundante durante as entrevistas.

No que concerne ao instrumento utilizado para a recolha de dados optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas a indivíduos em situação de SA, com habitação temporária na Casa da Rua, instituição que pertence à Santa Casa da Misericórdia. Esta técnica não só "permite minimizar a ausência de resposta e maximizar a qualidade da informação obtida" (Gonçalves et al, 2021, p.22), como possibilita também que se criem relações de empatia o que facilita a interação e permite que se observe o comportamento (verbal e não verbal) dos indivíduos entrevistados.

No decorrer desta investigação, foram selecionadas 9 pessoas em situação de SA, albergadas na Casa da Rua. Optou-se por uma amostra heterogenia no que concerne a background de escolaridade e situação atual de empregabilidade, bem como a percursos de vida. Todos os participantes são homens, com idades compreendidas entre os vinte e dois e os cinquenta e nove anos, na sua maioria são naturais do Porto. De forma a garantir a confidencialidade do estudo e a proteção da identidade dos participantes não será mencionada a sua identidade no decorrer no estudo.

No Quadro 1, é possível verificar os dados obtidos na condução das entrevistas relativamente à descrição da amostra no que concerne à idade, à naturalidade, ao género e ao tempo em que estão a habitar na Casa da Rua.

Quadro 1: Caraterização dos entrevistados

Participante	Género	Idade	Naturalidade	Tempo de habitação na Casa da Rua
Part_1	Masculino	22	Porto	Dois anos
Part_2	Masculino	59	Porto	Oito meses
Part_3	Masculino	50	Porto	Sete meses
Part_4	Masculino	39	Lisboa	Sete meses
Part_5	Masculino	30	Covilhã	Um ano e seis meses
Part_6	Masculino	25	Porto	Um ano
Part_7	Masculino	30	Porto	Nove meses
Part_8	Masculino	50	Gaia	Cinco meses
Part_9	Masculino	40	Porto	Oito meses

Para além dos indivíduos em situação de SA, foram também entrevistadas uma educadora social e uma psicóloga que têm contacto permanente com os participantes. Estas entrevistas facilitaram a compreensão mais eficiente os percursos de vida dos SA e fomentaram a discussão acerca das estratégias utlizadas para o combate a este fenómeno.

Quadro 2: Caracterização da equipa técnica entrevistada

Equipa Técnica	Formação	Tempo de vínculo à Casa da Rua	Principais funções
Téc_1	Educação Social	1 ano	As suas responsabilidades consistem no acompanhamento diário dos 20 utentes da Casa da Rua. Para além disso, desempenha funções de técnica de gestão de caso de 25 indivíduos externos à instituição (dando suporte a pessoas que já estão autonomizadas).
Téc_2	Psicologia	10 meses	As principais funções consistem no acompanhamento psicológico dos utentes da casa da Rua, trabalhando as vertentes da saúde mental e a inserção socioprofissional.

Deste modo, foi possível indagar, não só a perspetiva destes indivíduos sobre a sua própria vida e as dificuldades associadas à sua condição, bem como a perspetiva das instituições que desenvolvem um papel ativo na reintegração destes elementos na sociedade.

Posteriormente à recolha da informação, utilizou-se uma técnica de análise de conteúdo para o tratamento de dados. A "análise de conteúdo contribui para que a descrição e interpretação do conteúdo de pesquisa, submetidas a um processo de sistematização e categorização rigorosa dos dados, conduzam o pesquisador a respostas válidas e confiáveis na pesquisa qualitativa" (De Sousa & De Santos, 2020, p. 1398). Para esse efeito, realizaram-se tabelas de análise (ver apêndice), divididas por diferentes categorias (temas e indicadores), bem como diversas transcrições das entrevistas, de modo a facilitar a organização dos tópicos para conclusões mais eficazes. As tabelas de análise de conteúdo servem também de base para os quadros apresentados ao longo da investigação que sumariam a informação transmitida pelos participantes. Demonstrada a metodologia utilizada no decorrer da investigação, no próximo capítulo pode verificar-se a discussão dos dados tratados. A análise dos resultados encontra-se dividida por subtemas, começando pela caracterização sociodemográfica da amostra e abordando temáticas como os percursos de vida dos SA, os seus laços familiares, a sua situação de empregabilidade. Todas as categorias contam com transcrições dos testemunhos reais dos participantes de modo a "compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas" (De Sousa & De Santos, 2020, p. 1399).

4. Discussão de Resultados

4.1. O combate ao fenómeno de SA

A presente investigação beneficiou do apoio da Casa da Rua, instituição que pertence à Santa Casa da Misericórdia do Porto, para a agilização do contacto com as pessoas em situação de SA. A Casa da Rua alberga em média 20 utentes, todos eles são do sexo masculino e com idades compreendidas entre os vinte e os setenta anos. Os indivíduos que habitam nesta instituição, antes da sua admissão, têm de corresponder a três grandes requisitos, sendo que não podem ter adições a substâncias psicoativas, nem ao álcool, têm de possuir um quadro de saúde mental estável e para além disso dispor de um perfil de empregabilidade. Os utentes estão na estrutura entre seis a noves meses, sendo que é traçado um plano estratégico para a sua autonomização dentro desse período. Assim, depois da retirada dos indivíduos da rua, estes passam por um processo de estabilização, realizado por uma sinergia entre diversas instituições. O objetivo é conseguir que os indivíduos ganhem mecanismos de equilíbrio mental e comportamental para que possam coabitar com outros utentes e ser acompanhados até ao momento em que se tornem 100% autónomos.

> "Aqui na Casa da Rua, no âmbito da educação social, tentamos sempre fazer o plano individual para cada um, traçar metas para o futuro, tentar que estabeleçam laços com a família, trabalhamos as relações interpessoais." – Educadora Social da Casa da Rua

A Casa da Rua funciona, então, como a última etapa até à independência e autossuficiência dos indivíduos, dinamizando esferas da vida como a escolaridade e a criação de laços familiares.

No que respeita ao nível de escolaridade, e conforme os dados apresentados pela ENIPSSA, na sua maioria, os indivíduos concluíram os seus estudos entre o ensino básico e secundário. A baixa escolaridade impacta de forma negativa a empregabilidade destes indivíduos. Desta forma, mesmo antes de se tornaram SA, todos eles tinham percursos profissionais marcados pela precariedade e pelo desempenho de funções não qualificadas, associadas a profissões como operários fabris, restauração e setor da construção civil.

"Em trabalhei em várias áreas, em fábricas de calçado, numa reciclagem e agora novamente na construção civil." – Participante 8

No entanto, como se procurou heterogeneizar a amostra há um individuo (participante 9) com uma licenciatura em direito e vários que estão, neste momento, a frequentar cursos profissionais cujo objetivo é aumentar o nível de escolaridade para se tornarem perfis competitivos no mercado. Os cursos profissionais são disponibilizados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e têm associados uma bolsa que permite aos participantes tirar algum rendimento no final do mês, para além disso, proporciona aos participantes a especialização profissional em áreas que se enquadram com os gostos e as projeções individuais de cada um. No quadro 2 infra é possível verificar de forma sintetizada o nível de escolaridade dos participantes, bem como a área de trabalho na sua última experiência.

Quadro 3: Síntese do nível de escolaridade dos SA entrevistados

Participante	Nível de escolaridade	Setor última experiência
Part_1	Frequentar curso profissional	Restauração
Part_2	12º anos de escolaridade	Operário de armazém
Part_3	Curso profissional	Estágio como telefonista
Part_4	9º ano de escolaridade	Operário fabril
Part_5	6º ano de escolaridade	Funcionário no circo
Part_6	9º ano de escolaridade (A frequentar curso para terminar)	Construção civil
Part_7	12º ano de escolaridade	Construção civil
Part_8	4º ano de escolaridade	Construção civil
Part_9	Licenciado em Direito	Área administrativa (estágio profissional)

4.2. Percursos de vida

4.2.1. A desestruturação familiar

Apesar de todos os indivíduos sinalizados na tabela acima se encontrarem na mesma situação habitacional, as suas vidas foram marcadas por diferentes trajetórias. Cada um deles carrega consigo uma história muito própria, definida muitas vezes, por diversos infortúnios e por contextos sociais desfavoráveis ao desenvolvimento de competências que lhes permitiriam assegurar vidas consideradas "normais".

Os laços familiares, basilares no desenvolvimento de todos os indivíduos, é um dos principais tópicos estudados na literatura associada a este tema. A investigação reitera a frequente inexistência de laços desta população e demonstra que na sua maioria os indivíduos em situação de SA não têm mesmo qualquer ligação a família e/ou amigos, existindo indivíduos onde esta rutura se dá durante a infância ou nos anos da adolescência.

Os participantes 1 e 5, são exemplos onde a falta de apoio da família se tornou um fator decisivo nos seus percursos. O falecimento da mãe, no primeiro caso, e a adição (da mãe) a substâncias psicoativas, no segundo, fizeram com que estes dois jovens crescessem entre instituições e casas de familiares indiretos. A carência de acompanhamento, tornou-os desprovidos de proteção e contribuiu para a sua inserção na comunidade SA, sendo que com apenas alguns anos de vida, já se tinham deparado com cenários prejudiciais ao seu desenvolvimento, como se pode verificar nas citações infra.

> "A minha vida, eu sempre vivi em instituições. Isto é, a partir dos meus nove, oito, nove anos. A minha mãe morreu quando eu tinha 7, eu saí do meu pai com 8, se não me engano. Ah pronto, nisso vivi numa instituição durante.. até aos meus 18 anos." – Participante 1

> "Vivi com a minha avó que é como se fosse minha mãe, só que tenho mãe que está viva, mas não me dou com ela que é toxicodependente. É drogada e só se mete na "pinga" e eu não quero isso." – Participante 5

A falta de redes de apoio também se verifica em idades mais maduras e por diversos motivos, seja pelo falecimento dos entes mais próximos, seja pela falta de contacto justificada por quezílias e sentimentos de falta de compreensão.

"Não, não comecei sempre e perder as pessoas muito cedo. A minha mãe perdi aos 15 anos e o meu pai perdi há 20 anos e não tenho irmãos." – Participante 3

"Não, não tenho pais. Nem mulher, só tenho irmãos, mas não me dou muito bem." – Participante 8

Assim, na sua maioria e, como se confirma na literatura, os entrevistados não têm contactos com a família. No que concerne à justificação salientam-se dois motivos, a morte dos familiares mais diretos (pais/ irmãos) ou divergências familiares graves que levam à quebra do contacto, a sua maioria são também divorciados como se pode verificar no quadro 4. Há, no entanto, entrevistados que mantêm o contacto familiar. Não obstante, durante as entrevistas apurou-se que, na sua maioria, as famílias não estão ocorrentes da situação que os mesmos enfrentam. O contacto com as famílias não é frequente e nestes casos é feito essencialmente através de chamadas telefónicas e viagens periódicas nas épocas festivas como, por exemplo, o Natal. Diversos entrevistados demonstraram alguma vergonha em admitir a sua situação atual aos seus familiares.

"Tenho duas irmãs, mas, a mais nova desde o funeral da minha mãe nunca mais falou comigo. Mas a outra, a mais velha, telefono todos os dias, passei lá o Natal. "-Participante 2

"Eu sou adulto, não tenho de dizer nada da minha vida." – Participante 7

Quadro 4: Breve enquadramento familiar dos participantes

Participante	Estado Civil	Situação familiar
Part_1	Solteiro	Posteriormente ao falecimento da sua mãe integrou uma instituição. Apenas mantém contacto com o irmão com o qual esteve na mesma instituição.,
Part_2	Divorciado	Após o falecimento da sua mãe, só mantém contacto com os dois filhos.
Part_3	Divorciado	Ambos os pais faleceram muito precocemente. Depois do divorcio apenas mantém contacto com o filho.

Part_4	Divorciado	O participante tem duas filhas menores com as quais mantém apenas contacto telefónico. Nunca manteve relações com o seu pai e a sua mãe acabou por falecer. Apesar de ter um irmão não mantém laços com o mesmo. Nenhum dos seus familiares estão ocorrentes da sua situação atual.
Part_5	Solteiro	Participante com uma situação familiar instável devido a adições a sustâncias psicoativas por parte da mãe. Nunca estabeleceu laços com família paterna. Após o falecimento da sua avó materna não manteve nenhum contacto com a família.
Part_6	Solteiro	O participante não se mostrou disponível para expor a sua situação familiar.
Part_7	Solteiro	Os familiares diretos deste participante vivem em Lisboa. Mantém contacto esporádico com a mãe e as duas irmãs realizado pela internet/ telefonicamente. Apenas se desloca a Lisboa no Natal. Mais uma vez, a família não se encontra inteirada da situação do participante.
Part_8	Divorciado	Após o seu divorcio voltou a habitar com os pais. Passados alguns anos os pais falecem. Não tem contacto com as irmãs devido a quezílias familiares.
Part_9	Solteiro	O participante foi cuidador informal dos pais durante diversos anos, para além disso é filho único. Depois do falecimento dos mesmos, não manteve contacto com nenhum familiar, até hoje.

4.2.2. O ponto de rutura – as histórias de vida

Apesar da carência de ligações familiares ajudar a justificar a condição de SA destes indivíduos, os motivos que os levaram a estar nesta situação são diversos e de diferentes origens. A literatura defende que uma das principais razões para esta conjetura é a adição a substâncias psicoativas. Neste caso concreto, esta premissa não se verifica porque nenhum dos indivíduos entrevistados tinha qualquer tipo de dependência.

Em segundo lugar, salientam-se as dificuldades financeiras e/ou o desemprego e é nesta esfera que a maior parte dos entrevistados se enquadra. Como supramencionado no quadro 2 é possível verificar que os participantes sempre estiveram com condições profissionais desfavoráveis associadas a baixos rendimentos e a falta de proteção social, havendo até participantes que admitiram trabalhar sem contratos e sem vínculo à segurança social.

> "Porque sabe, entretanto, andei a trabalhar uns anitos por baixo da mesa, como se costuma dizer. Pronto, mas isso não tenho problema em dizer. Andei praí uns 6 anos a trabalhar sem descontar." - Entrevistado 2

As dificuldades financeiras sempre fizeram parte da conjetura dos participantes. No entanto, a generalidade tinha familiares diretos que lhes prestavam apoio tanto na esfera na habitação como em ajudas monetárias frequentes. A morte dos familiares como a mãe e/ou pai fez com estes indivíduos se vissem desprovidos de apoio. A falta de capacidade financeira para o pagamento de uma renda fez que com estes fossem "despejados" das casas onde habitavam com os seus familiares e se vissem sem lugar onde morar.

> "Eu continuava só com um rendimento … Os meus filhos, só trabalhava o mais novo. O outro não. A minha mãe morreu, deixamos de ter como pagar a renda da casa. Que a parte da minha mãe não vinha de lado nenhum. E tivemos de entregar a casa que era alugada a uma agência." – Participante 2

> "A minha mãe morreu e passados uns meses tive de sair de casa onde sempre vivemos" – Participante 9

> "Depois fui viver para a casa da minha avó…ela acabou por falecer quando eu estava na cadeia. Saí e fui para a casa da minha tia, estive lá uns meses. Mas a minha tia não me pôde lá ter mais que a casa era pequena e ela tem 3 filhos e marido e não dava." - Participante 5

Assim e como salientado na literatura reforça-se que nesta investigação a principal razão que levou estes participantes à situação de SA é o desempego e a falta de capacidade de pagar uma renda de habitação, associado à quebra da rede de apoio que estes indivíduos tinham nas suas famílias. O falecimento dos familiares mais próximos acentuou a quebra de laços com a família mais afastada.

Segundo os inquiridos, posteriormente ao esgotamento de recursos para manterem as habitações, seguem-se meses de decadência. Ainda que existam participantes que nunca chegaram a "habitar na rua", uma vez que a sua realocação em instituições foi rápida, existem também inquiridos que chegaram a fazer da rua a sua "casa" durante um ano.

> "Estive numa situação de sem-abrigo mesmo na rua quase um mês." – Participante 8
>
> "Dormi na rua durante 1 ano." – Participante 7
>
> "1 mês ou 1 mês e meio. A dormir dentro de carrinhas abandonadas." - Participante 5
>
> "Ainda tive um mês e meio na rua." – Participante 4

A experiência de "habitar" na rua despromove os indivíduos de um sentido na vida, todas as suas preocupações passam a ser secundárias e emerge o grande objetivo de sobreviver. A oportunidade de habitação na Casa da Rua não lhes retira o "rótulo de SA" mas dá-lhes mecanismos para se reintegrarem na sociedade. Deste modo a instituição para além de albergue trata também da alimentação e agiliza várias parcerias para a reintegração socioprofissional.

4.3. A empregabilidade

4.3.1. *Background* profissional e situação atual

Como já foi mencionado acima, e se pode verificar no quadro 2, os participantes têm *backgrounds* profissionais circunscritos a profissões pouco qualificadas e sazonais. A maior parte dos indivíduos trabalhou de forma intermitente em oportunidades que iam surgindo. A área da restauração, principalmente durante do verão, a construção civil e a indústria são os setores que mais se salientam na experiência profissional dos entrevistados.

> "Foi lá na Alemanha, empregado fabril de alumínio. Estive lá 9 meses." - Participante 4
>
> "Já tenho um ano e meio de descontos. Trabalhei numa empresa de eventos. Que era basicamente. Fiz a volta a Portugal de 2018. Depois trabalhei em restaurantes." - Participante 1

Para além disso, na maioria dos casos, os indivíduos não se mantêm muito tempo nos empregos, o que dificulta o desenvolvimento de *hard skills* e a sua especialização em algum setor. Não obstante, existem participantes que construíram longas carreiras, mas a falência das empresas onde se encontravam, fez com que eles se vissem com dificuldades na reinserção no mercado de trabalho. As condições socioeconómicas associadas à falta de competitividade destes perfis, faz com que estes indivíduos enfrentem desemprego de longa duração.

> "Eu trabalhei 15 anos na papelaria Fernandes. Era o responsável pelo armazém. Depois a papelaria faliu. Erámos a maior papelaria do país mas aquilo faliu." - Participante 2

Em suma, salvo uma exceção (participante 2) todos os participantes tiveram dificuldades em construir carreiras longas, duradoras e especializadas. A intermitência nas oportunidades de emprego faz que seja difícil desenvolver um currículo que seja aliciante para o mercado. O desemprego torna-se uma realidade e quando há um esgotamento dos recursos financeiros e o desfasamento de redes de apoio familiares acresce a vulnerabilidade dos indivíduos e consequentemente o risco de entrar em situação de SA. De qualquer forma, na sua generalidade os entrevistados continuam numa procura ativa de emprego e na sua perceção uma oportunidade é o que lhes falta para uma reintegração total na sociedade.

No que concerne à situação profissional dos participantes, apenas dois se encontram empregados, ambos na construção civil (participante 7 e participante 8). Os participantes 1 e 6, estão neste momento a frequentar um curso profissional para ter equivalências ao 12º e ao 9º ano, respetivamente. Todos os outros encontram-se na procura ativa de uma oportunidade de trabalho.

> "Estou desesperado em conseguir trabalho para preparar tudo para mais tarde." - Participante 4

4.3.2. As adversidades do mercado de trabalho – o acesso às vagas

O desemprego de longa duração é um fenómeno comum entre os indivíduos em situação de SA, sendo que os entrevistados não são exceção. No que respeita às questões de higiene pessoal levantadas por Timothy et al. (2021), é possível afirmar que a Casa da Rua tem normas que zelam pela saúde e aparência dos seus utentes. Assim, todos os indivíduos que lá residem mantêm cuidados de salubridade tanto a nível pessoal como a nível das roupas que utilizam no seu dia-a-dia. Desta forma, não foram levantadas dificuldades no acesso ao emprego relacionadas com a aparência e a higiene. Ainda que seja algo comum na literatura a conjetura da amostra não se relacionou com esta adversidade.

> "Também refeições, apoio em roupa. Se for preciso pedir para lavar umas sapatilhas, eles lavam. São muito bons." - Participante 1

Aldeia (2014) e Timothy et al. (2021) levantam também a questão da documentação, que neste caso em concreto não se verifica, uma vez que a equipa técnica trabalha em conjunto com várias entidades e tratam de todo o tipo de documentação que seja necessário e para além disso também agilizam os processos de pedidos de RSI, por exemplo.

No que concerne às dificuldades sentidas na procura de emprego, evidencia-se primeiramente o acesso às vagas de emprego. Num mundo cada vez mais globalizado, onde o digital se sobressai cada vez mais, é comum concluir que na procura ativa de uma oportunidade a Internet é o local indicado para encontrar vagas de emprego. No entanto, a grande maioria dos participantes não procura oportunidades online. A dificuldade no domínio informático e a falta de acesso a computadores impossibilitam o acesso às vagas de emprego, que hoje em dia são maioritariamente divulgadas através da internet. Neste sentido, os inquiridos, optam por utilizar as suas redes de contactos e promover a sua disponibilidade para trabalhar aos familiares e amigos mais próximos. Para além disso, salientam que quando se apercebem que alguma empresa tem necessidades de recrutamento priorizam a deslocação às instalações e a entrega do currículo em mão ao gerente da mesma. O pedido de emprego à rede de contactos é um comportamento usual sendo que foi desta forma que os participantes 7 e 8 conseguiram obter as suas oportunidades.

> "Passei por lá, pedi para falar com o encarregado de obra e expliquei a minha situação, ele deu-me o número do meu patrão e fiquei."- Participante 7

Apesar de a candidatura a vagas online não ser prática frequente há participantes que a formalizam. No entanto, estes destacam a falta de resposta das empresas. É -lhes difícil conceber a falta de *feedback* constante por parte das entidades empregadoras, o que consequentemente faz com os indivíduos comecem a duvidar das próprias capacidades.

> "Não sei ao certo. Devem ter alguma anomalia pelas pessoas. Não sei se é pela aparência. Eu acho que é o interesse. Uma pessoa candidata-se, o problema é eles chamarem quem se está a candidatar." – Participante 4

Alguns participantes optam por pedir ajuda ao IEFP e outras entidades públicas como é o caso do participante 6. A elaboração do currículo e a utilização do mesmo também foi uma questão que destacou durante as entrevistas. Dada a baixa escolaridade a maior parte dos participantes teve apoio da equipa técnica na construção de um *cv*, não obstante, os entrevistados 5 e 6 afirmarem não dispor do documento. De qualquer forma, ainda que uma parte significativa dos participantes detenha um currículo, a sua utilização não é usual uma vez que, como supramencionado, não é hábito candidatar-se a oportunidades.

> "Elas ajudam em tudo, até o currículo eu fiz aqui com elas." – Participante 7

Em suma, as principais adversidades que surgem aos participantes no acesso ao emprego, não se baseiam na sua aparência e no acesso à documentação (conforme reitera a literatura), mas fundamentam-se com carência de *skills* tecnológicas, que os impedem de encontrar oportunidades online. Contudo é importante salientar que, neste caso, os entrevistados têm apoio transversal no é que a sua higiene e apresentação pessoal, caso contrário as dificuldades acima mencionadas acentuar-se-iam. Relativamente à procura e à candidatura a vagas de emprego a utilização da internet é praticamente escassa devido às carências de literacia na área tecnológica desta população. De um modo geral os participantes optam por estratégias informais como o pedido de ajuda a família, amigos e/ou conhecidos. Foi desta forma que os participantes 7 e 8 conseguiram obter os seus empregos.

4.3.3. SA integrados no mercado de trabalho – condições laborais

Constatando-se que existiam na amostra participantes inseridos no mercado de trabalho, procurou-se explorar as suas condições laborais. No que concerne ao setor, estão na sua totalidade alocados à construção civil. Nenhum dos participantes em questão é detentor de um contrato de trabalho com a empresa à qual presta serviço, com a justificação que estão "à experiência". Deste modo, os indivíduos encontram-se num contexto de ilegalidade há vários meses, o que, entre outros, resulta na ausência de contribuições para a Segurança Social, colocando-os numa situação de acrescida precariedade e vulnerabilidade.

> "Não, não tenho contrato. Estou na fase onde eles estão a ver. "Ainda não. Não faço descontos. Há 2 meses, só. Já falei com o meu patrão e ele disse que vai tratar disso." – Participante 7

No que concerne a outros direitos laborais, como as férias e os respetivos subsídios, bem como o pagamento de benefícios obrigatórios por lei, como o subsídio de alimentação, não são contemplados nestes casos. Os horários de trabalho ultrapassam sempre o máximo legal e os participantes não recebem horas extraordinárias. Nos seus testemunhos ambos os participantes realçam que frequentemente desempenham funções durante mais de nove horas.

> "Entro às 07h30 da manhã e saio às 17h30." – Participante 7

A situação de instabilidade laboral desta população também se testemunha nas condições salariais. Segundo os participantes, ambos recebem o salário mínimo nacional, o pagamento mensal é feito normalmente em numerário diretamente aos trabalhadores, muitas vezes este montante é pago ao dia. Esta conjetura sujeita os indivíduos a um clima de fragilidade e incerteza uma vez que facilmente pode ser quebrado o "vinculo" à empresa e ficam desprovidos de apoios sociais. Para além disso, o aproveitamento por parte dos empregadores é comum, desrespeitando as obrigações tipicamente associadas a um contrato de trabalho. Nesta ótica, os participantes expõem diversas situações onde, por exemplo, o salário deixou se ser pago sem motivo aparente.

> "Andava a trabalhar para um fulano mas não pagava os dias todos. Eu era oficial de primeira e metia-me como servente no recibo e eu peguei e vim me embora. Não me pagava feriados, nem fim-de-semanas, nem me queria dar o subsídio de alimentação." – Participante 8

O conceito "*in work poverty*" citado na literatura também é relevante nesta fase, onde os dois participantes referem a importância de acumular algum fundo financeiro para poderem sair da instituição e se tornarem autónomos. De acordo com estes, o facto de possuírem um emprego não é suficiente para terem a estabilidade que precisam e atingirem a sua independência. A inserção no mercado de trabalho, ainda que informal, não lhes permite a tão desejada emancipação.

> "Desde que estou aqui, estou a juntar dinheiro. Consegui trabalho logo no primeiro dia e … Mas agora eu quero mesmo juntar o dinheiro porque se eu perco o emprego eu posso ficar a dormir na rua outra vez." - Participante 7

Em suma, é possível aferir que estes indivíduos estão inseridos num mercado de trabalho paralelo onde as condições laborais são marcadas pela precariedade e pela insegurança. O facto de os participantes possuírem um trabalho não lhes assegura uma vida estável, no entanto a obtenção de um emprego é percecionada como um ponto fulcral nas suas vidas. "O crescente número de situações de não cobertura social evidencia a necessidade de alargar a proteção aos indivíduos que se encontram fora do mercado laboral ou que são vítimas de formas de trabalho precário" (Ramos, 2016, p.26).

4.4. Dimensão do emprego

O ideal salientado por Aldeia (2014) de que o emprego atribuí aos indivíduos uma dignificação e um sentido para a vida, é várias vezes reforçado durante as entrevistas. Na perspetiva dos participantes um emprego simboliza a solução que os levará a sair da situação de SA. A inclusão profissional deixa ser meramente uma causa-efeito para ganhos monetários e passa a ser quase parte das suas identidades. Assim, todos os participantes afirmam, com certeza, que estarem integrados no mercado de trabalho mudava as suas vidas para melhor.

Alguns dos indivíduos têm até objetivos concretos a realizar quando conseguirem obter essa segurança, como voltar a viver com a família (ver citações infra).

> "Mudava, dava uma volta de 360º, dava. Eu vou-lhe explicar porquê porque um dos meus grandes objetivos era voltar a viver com os meus filhos." - Participante 2

> "A mim falta trabalho. Sempre fui um homem muito desenrascado na vida. Nunca fui de chatear quem for. Tenho tudo programado para sair daqui só falta o trabalho." - Participante 4

> "Sem um trabalho a gente não tem a nossa dignidade." – Participante 9

Segundo os participantes, um emprego está associado a um propósito de vida, que para além de trazer segurança financeira, permite que estas pessoas sejam independentes. A autonomia é um fator que se salienta nas diversas entrevistas, uma vez que os indivíduos estando integrados na instituição, têm regras restritas. As entradas e saídas da Casa da Rua são reguladas através de horários e funcionamento, tal como as refeições. A higiene também é um critério obrigatório e regulado frequentemente pelas equipas técnicas. A regulamentação dos comportamentos é importante para garantir as condições de habitabilidade na instituição e desenvolver o rigor e a capacidade do cumprimento de regras entre a comunidade SA, no entanto faz com que os participantes sintam que não são suficientemente autónomos. Ter uma casa própria significaria ter liberdade e isso só é alcançável se tiverem uma fonte de rendimento segura.

> "Acho que é fundamental, é um alicerce para ter a minha própria independência, percebes?" - Participante 7

Em suma, na ótica dos entrevistados, um emprego tem um significado transversal nas suas vidas. Estar empregado é sinónimo de ter identidade, de ter independência e ser um cidadão funcional, significa ter condições para restabelecer laços com a família, por exemplo. Deste modo, a inclusão no mercado de trabalho, demonstra-se neste contexto, como a última etapa e o fator chave para uma total reinserção na sociedade.

4.5. Perspetivas de melhoria na assistência e ao combate ao fenómeno dos SA/ Perspetivas futuras

A revisão da literatura demonstra que apesar, de nos últimos anos, estarem a ser implementadas medidas para o combate a este fenómeno continuam a aumentar o número de pessoas em situação de SA. Neste sentido, procurou-se compreender de que forma é que os entrevistados interpretam as estratégias usadas pelas entidades públicas.

No que concerne ao RSI, apoio social mais utlizado pelas pessoas em situação de SA, vários participantes enfatizam que o valor monetário de que beneficiam não é suficiente para conseguirem manter uma habitação e todas as despesas a ela associadas. Como é possível apurar através do quadro 3 apenas dois dos noves participantes não usufruem deste apoio social uma vez que estão inseridos (ainda que de forma informal) no mercado do trabalho e esses apoios lhes foram retirados.

Quadro 5: Beneficiários do RSI

Participante	Beneficiário de RSI
Part_1	✓
Part_2	✓
Part_3	✓
Part_4	✓
Part_5	✓
Part_6	✓
Part_7	**X**
Part_8	**X**
Part_9	✓

Na sua generalidade os entrevistados recebem 189,66 euros por mês, valor que fica alocado a despesas como telecomunicações e consumo de tabaco, por exemplo. Segundo a equipa técnica, na Casa da Rua reforçam a importância de uma gestão financeira equilibrada e por essa razão promovem a poupança de uma parte deste valor. De qualquer forma, é possível verificar que para estes indivíduos o valor do IRS, ainda que seja importante, é

simbólico, uma vez que não lhes assegura a estabilidade que necessitam. Para além disso, o medo do preconceito associado a este apoio também se enfatiza ao longo dos testemunhos, na ótica em que os participantes não querem ser perspetivados como indivíduos que "não querem trabalhar" e "vivem à custa do Estado".

> "Eu acho que em primeiro lugar o IRS não é suficiente para toda a gente porque não é. Mas depois também toda a gente queria e ficava em casa sem trabalhar. Mas podia ser um bocadinho mais, que desse para pagar um quarto que fosse." - Participante 2

A habitação social, tópico supramencionado na revisão de literatura, também é mencionada pelos participantes como uma lacuna na estratégia de combate aos SA. A falta de apoio dos Municípios aos vários pedidos de ajuda é um traço comum nas histórias destes indivíduos. Estes sublinham que fizeram várias candidaturas a habitações sociais, mas que nunca obtiveram resposta positiva. Os dados recentes demonstram então que critérios de elegibilidade para a obtenção deste apoio são cada vez mais rigorosos e demorados (Baptista & Marlier, 2019). Os participantes reiteram também a frustração de ver imóveis abandonados que podiam servir de albergue para tantas famílias fruto do reduzido investimento do Estado em habitação social (Baptista & Marlier, 2019). Conceder residências sociais a estes indivíduos ao invés de habitações temporárias, para além de ser economicamente mais rentável, promove também a proteção e o bem-estar social (Marques, 2021).

> "Eu vou falar na Câmara do Porto, que é onde eu vivo.. mas todas em geral, deviam apoiar muito mais esta gente. Porquê? Essas casas que estão ao abandono. Onde eles deixaram construir alojamento local até dizer chega, poderiam ter sido aproveitadas e o Estado podia comprar muita coisa que está aí ao desbarato e mandar construir e por lá gentinha com apartamentos partilhados. Pega lá tu, pega lá tu… E tirar a gente que dorme na rua, que é o pior de tudo." - Participante 2

> "Meu Deus, faltam casas sociais como eu já tenho pedido há anos, uma casa mais barata. Nunca me deram ajuda na Câmara de Gaia." - Participante 8

O apoio à saúde mental foi igualmente mencionado por dois participantes que reconhecem a deficiência no suporte a pessoas com perturbações psicológicas. O facto de a assistência ser demorada, de difícil diagnóstico foi determinante do percurso de vida destes indivíduos.

> "Mas também acho que preciso de condições mentalmente para sair daqui... Pode-se ter muita vontade, mas se a nível de cabeça não se estiver bem." - Participante 6

No que concerne às perspetivas futuras dos SA, todos salientam a necessidade de integrar no mercado de trabalho. A independência destes indivíduos subordina-se à sua inserção profissional, numa oportunidade estável. Neste sentido, muitos sublinham a urgência em juntar dinheiro para poderem saldar as suas dividas antes de saírem da Casa da Rua. No quadro 6 é possível verificar uma sumarização dos planos e das ambições dos participantes envolvidos.

Quadro 6: Ambições futuras dos SA

Participante:	Principais funções
Part_1	"Acho importante acabar o curso e a carta e depois disso. No máximo no final desse ano, já estou a ver questões de trabalho."
Part_2	"Eu quero um emprego. Eu vou-lhe explicar porquê porque um dos meus grandes objetivos era voltar a viver com os meus filhos."
Part_3	"O meu objetivo agora é arranjar um emprego para comprar uma casa.."
Part_4	"A mim falta trabalho. Sempre fui um homem muito desenrascado na vida.. Nunca fui de chatear quem for.. Tenho tudo programado para sair daqui só falta o trabalho."
Part_5	"Quero acabar o curso e trabalhar como Jardineiro, na Aguda"
Part_6	"O objetivo é subir a escolaridade… Depois se tiver oportunidade de encontrar uma formação para o 12º ano, mas aí uma área que goste mais. E o objetivo é subir a escolaridade para encontrar alguma coisa que goste de fazer."
Part_7	"Desde que estou aqui, estou a juntar dinheiro. Consegui trabalho logo no primeiro dia e … Mas agora eu quero mesmo juntar o dinheiro porque se eu perco o emprego eu posso ficar a dormir na rua outra vez."
Part_8	"Se a vida me correr bem um ano estou daqui para fora. Hoje em dia é muito caro, tudo muito difícil, mesmo com emprego."
Part_9	"Tenho agora uma situação, que é para cantoneiro, que eu provavelmente vou aceitar. Tenho dividas para pagar."

As entrevistas realizadas à equipa técnica evidenciaram a temática da reinserção social através da empregabilidade. Ressalvando que os utentes da Casa da Rua não necessitam de reabilitação por adição a substâncias psicoativas, as estratégias delineadas pela instituição centram-se no apoio psicológico e no desenvolvimento de mecanismos que levem à sua integração no mercado de trabalho. O aumento do nível de escolaridade dos seus utentes através de cursos profissionais, bem como o auxílio na elaboração de currículos e a agilização de entrevistas de emprego com diversas instituições fazem parte das principais tarefas das entrevistadas. Ambas as técnicas reiteram que, no caso específico destes indivíduos, um emprego poderia ser a chave para a sua autossustentabilidade.

Durante as entrevistas as técnicas acautelaram também algumas reservas quanto à capacidade de autonomização de alguns indivíduos, principalmente aqueles sem redes de apoio familiar, uma vez que a obtenção e a conversação de habitação pressupõem custos elevados e difíceis de manter por uma pessoa singular. Desta forma, realçaram que a estratégia de HF poderia ser uma boa solução para indivíduos com características semelhantes aos utentes da Casa Rua, visto tratar-se de pessoas sem qualquer tipo de adição e que consequentemente necessitam de um tipo de acompanhamento menos personalizado. Todos os participantes estão *"house ready",* esperando apenas pela tão desejada integração no mercado de trabalho (Martins, 2018).

"Em suma, não há Estado de bem-estar verdadeiramente sustentável sem algumas condições fundamentais, nomeadamente o crescimento económico forte com ganhos de produtividade e baixos níveis de desemprego e a fundamentação ética, baseada na equidade entre as gerações, de todos os sistemas e mecanismos de proteção social a preservar para nós e para as gerações vindouras" (Ramos, 2016, p.51).

5. Conclusão

Os fenómenos sociais caraterizam-se pela sua abrangência e ausência de respostas exatas. Todavia, a sua pertinência no quotidiano dos indivíduos e na sua qualidade de vida justifica a atenção a eles dedicada por diversas áreas do saber. Nesta dissertação, procuramos contribuir para o conhecimento científico sobre a empregabilidade dos indivíduos em situação de sem abrigo. Concretamente, propusemo-nos a centrar o presente trabalho nas seguintes questões de investigação: i) compreender, através de narrativas de vida, como é que a falta de emprego pode levar à condição de falta de habitação; ii) quais os principais desafios que estas pessoas enfrentam na tentativa de obtenção de um emprego; iii) identificar quais as perspetivas dos indivíduos em situação de SA em relação às estratégias utilizadas para o combate ao fenómeno.

De modo a responder às questões supramencionadas, numa primeira fase, realizou-se um levantamento teórico acerca dos conceitos da pobreza e exclusão, explorando tópicos como os principais indicadores de pobreza em Portugal (onde se constatou que 43% da população portuguesa vive em risco de pobreza, antes de qualquer transferência social (Pordata, 2021) e o surgimento e evolução do RSI. De seguida, explorou-se o conceito de SA e os dados associados a este fenómeno em Portugal, verificando-se que em 2021 existiam 8200 pessoas nesta condição. Dados mais recentes mostram que o número[3] aumentou no último ano. A empregabilidade dos SA também foi um tópico desenvolvido na literatura onde se enalteceram questões como a aparência, a dificuldade no cumprimento de horários e no acesso a documentos/ tecnologia e/ou transportes. Numa última fase do levantamento teórico, exploraram-se questões que se centram no combate ao fenómeno. Assim, a habitação social, a estratégia de Housing First e a comparação de Portugal com outros países onde a taxa de sucesso é superior são tópicos que foram desenvolvidos.

Dando seguimento à metodologia proposta, foram recolhidos os dados, contando com testemunhos de nove pessoas em situação de SA e dois membros da equipa técnica da Casa da Rua. As técnicas auxiliaram ainda no processo de compreensão dos percursos de vida de cada participante. No que concerne aos indivíduos em situação de SA, a princípio foram incentivados a partilhar as suas histórias de vida e as suas perspetivas em relação à

[3] https://www.publico.pt/2022/07/21/local/reportagem/tecto-primeira-regresso-ruas-porto-ha-semabrigo-2014571?utm_source=notifications&utm_medium=web&utm_campaign=2014571?utm_source=copy_paste

procura e à manutenção de um emprego. Embora a maioria dos participantes tenham partilhado os seus percursos e os principais motivos para a sua situação, dois optaram por ser mais reservados em relação ao seu passado.

Com a partilha das suas trajetórias de vida foi possível responder à primeira questão de investigação e concluir que, no geral, os participantes sempre foram dependentes de familiares diretos que lhes asseguravam condições habitacionais. Por conseguinte, o falecimento da família mais próxima, associada a empregos com baixos salários, fez com que estes não conseguissem manter as casas onde habitavam até então. Assim, a inexistência de redes de apoio (divórcios, falecimento de mães/pais) coligada ao desemprego ou até a empregos com remunerações insuficientes foi um dos principais motivos que levou os participantes a integrarem uma situação de SA. Ainda que os indivíduos refiram que o motivo que culminou na conjetura de SA tenham sido os supramencionados, é importante salientar que antes da interrupção do suporte da família, estes já não tinham possibilidades monetárias para se auto sustentarem.

Autores como Aldeia (2014) e Hoven (2016) desenvolveram algumas conceções sobre as dificuldades que indivíduos em situação de SA têm na obtenção de um emprego, salientando fatores como a aparência, os vícios e as dificuldades no cumprimento de rotinas. Contudo, estes motivos não foram mencionados pelos entrevistados, dado que todos os utentes da Casa da Rua têm regras restritas no que concerne à higiene e aparência pessoal, bem como horários para entrada e saída da instituição.

Assim, as principais adversidades encontradas pelos utentes relacionam-se com, numa primeira fase, a procura de vagas de emprego, sendo que na sua maioria não fazem pesquisas online e optam por "pedir" emprego de forma informal a amigos/conhecidos. Para além disso, o desemprego de longa duração associado, por um lado, a conjunto de *hard skills* muito limitadas e, por outro, a competências interpessoais pouco desenvolvidas torna o perfil de empregabilidade destes indivíduos pouco atrativo para o mercado. Na maioria dos casos a idade também se demonstra ser um fator desfavorável para os entrevistados. Na ótica dos participantes, a obtenção de um emprego é um dos maiores obstáculos à sua independência e o fator decisivo para a sua autonomização.

As condições de trabalho dos participantes é igualmente um tópico desenvolvido na investigação, no entanto apenas dois dos nove entrevistados se encontram empregados. Nenhum tem um contrato de trabalho, pelo que neste momento estão em posições de total vulnerabilidade laboral, associada a baixos salários e a falta de condições de segurança.

No que se refere ao combate ao fenómeno dos SA, os dados dos últimos anos demonstram que apesar dos esforços feitos nesta direção os resultados não são animadores. A habitação social, uma estratégia utilizada em Portugal para garantir casas a preços acessíveis a pessoas com baixos rendimentos, tem se mostrado insuficiente para suprir as necessidades da população. Autoras como Baptista e Marlier (2019) ressalvam que estratégias baseadas em residências sociais permanentes, nomeadamente a *Housing First*, são a principal forma de prevenir e evitar a situação de SA. Do mesmo modo, Marques (2021) enfatiza o facto da habitação social ser economicamente mais sustentável do que a situação atual de acolhimento temporário das pessoas em situação de SA, que para além de dispendiosa se revela menos eficaz. Pelo menos metade dos entrevistados garante que fizeram vários apelos aos municípios onde viviam para obtenção deste apoio, que sempre lhes foi negado.

Relativamente ao RSI, apoio social utlizado por todos os participantes desempregados, conclui-se que o valor auferido pelos indivíduos não é suficiente para garantir as necessidades básicas – como uma habitação. Segundo os mesmos, ainda que seja um recurso importante, que lhes permite adquirir alguns bens de que necessitam, não garante o suporte necessário à sua independência.

Deste modo, no que concerne às estratégias utilizadas no combate à conjetura de SA, os participantes e a literatura destacam a importância do investimento em programas de habitação social permanente e do aumento de apoios monetários como o RSI. Alguns autores destacam o Rendimento Básico Incondicional como a solução para este fenómeno.

No decorrer da investigação foram sentidas algumas limitações e adversidades. O primeiro desafio surge na escassez de literatura focada na empregabilidade dos SA, o que destaca a importância de desenvolver investigações neste tópico. Para além disso, numa primeira etapa os participantes demonstraram alguma resistência à realização das entrevistas, sendo que todo o processo demorou vários meses e contou com diversas desistências e remarcações.

Ainda que na presente investigação, as questões centrais tenham sido desenvolvidas, é importante reforçar que há espaço para o desenvolvimento de estudos futuros. Dadas as características dos utentes da instituição, não foi possível alargar a investigação a indivíduos com dependências, pelo que pode ser um aspeto a ser tido em consideração em próximas investigações. Considerar pessoas do sexo feminino e/ou SA a pernoitar nas ruas poderá trazer *inputs* relevantes, pois outros aspetos podem ser relevados. Ademais, contemplar um maior leque de SA participantes nos mercados de trabalho poderá ser interessante para

futuras investigações focadas na relação entre a precariedade e a condição de SA. Por sua vez, também será pertinente aprofundar o estudo do Rendimento Básico Incondicional como possível solução para o fenómeno de SA. Finalmente, poderá ser ainda relevante compreender o trabalho desenvolvido nos municípios ou entidades públicas para a extinção deste importante fenómeno social, relacionando-o com as críticas evidenciadas nas entrevistas coletadas.

6. Bibliografia

Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. Revista Colombiana de Psicologia, 24(1), 129-143. doi:10.15446/rcp.v24n1.40659

Aldeia, J. (2012). Investigar o fenómeno dos sem-abrigo: em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada. Revista Crítica de Ciências Sociais, 97, 133-154. doi: 10.4000/rccs.4964

Aldeia, J. (2017). A centralidade do trabalho no fenómeno dos sem-abrigo. Revista Labor, 1(11), 20-39.

Baptista, I., & Marlier, E. (2019). Fighting homelessness and housing exclusion in Europe. A Study of National Policies, European Social Policy Network (ESPN), 93.

Barros, R. M., & Moreira, A. S. (2015). Desemprego, autoestima e satisfação com a vida: estudo exploratório realizado em Portugal com beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 15(2), 146-156.

Batista, I., & Cabrita, J. (2009). Portugal, Regimes de Rendimento Mínimo. Um Estudo das Políticas Nacionais. Lisboa: CESIS.

Bento, A., & Barreto, E. (2002). Sem-amor, sem-abrigo. Lisboa: Confrontações.

Branco, F. J. D. N. (2001). O rendimento mínimo garantido como direito de cidadania em Portugal: virtualidade e limites. Intervenção Social, 23/24, 303-337.

De Sousa, J. R., & dos Santos, S. C. M. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. Pesquisa e Debate em Educação, 10(2), 1396-1416.

Diogo, F. (coord), Palos, A. P., Farinha Rodrigues, C., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., et al. (2021). A Pobreza em Portugal. Trajetos e Quotidianos. [Poverty in Portugal. Trajectories and Everyday Life]. Lisbon: FFMS.

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo (2022). ENIPSSA. http://www.enipssa.pt/enipssa

Ferreira, R. S. (2015). Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o embrutecimento do estado. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 29.

Foote W., & William F. (1943). Street corner society. Chicago. The University of Chicago Press.

Gonçalves, S.P., Gonçalves, J.F. & Marques, C.G. (2021). Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações. Lisboa: Pactor.

Groton, D. B., Gromer, J. M., Mennicke, A. M., Lee, J., Gul, M., Dupree, E. M., & Munn, J. (2017). "Give us a chance": Understanding job seeking among women experiencing homelessness. Journal of Employment Counseling, 54(3), 115-131.

Guerra, P. (2012). Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. Revista Angolana de Sociologia, (10), 91-110.

Hendry, D. G., Abokhodair, N., Kinsley, R. P., & Woelfer, J. P. (2017, June). Homeless Young People, Jobs, and a Future Vision: Community Members' Perceptions of the Job Co-op. In Proceedings of the 8th International Conference on Communities and Technologies (22-31).

Hoven, H., Ford, R., Willmot, A., Hagan, S., & Siegrist, J. (2016). Job coaching and success in gaining and sustaining employment among homeless people. Research on Social Work Practice, 26(6), 668-674.

INE (2022). Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Sexo e Grupo etário; Anual - Instituto de Informática. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005982&contexto=bd&selTab=tab2

INE (2022). Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Grupo etário; Anual - Instituto de Informática. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0010297&contexto=bd&selTab=tab2

Lamarque, G. (1995). L'exclusion. FeniXX.

Marques, E. J. D. S. T. (2021). A cidadania através da fotografia: a utilização do photovoice na promoção dos Direitos Humanos de pessoas em situação de sem abrigo. Revista Inclusiones, vol. 8, 421-434.

Martins, P. D. F. (2018). Modelo housing first como percursor da mudança social transformativa: uma perspectiva ecológica sobre o impacto da percepção da qualidade da casa e da escolha na integração comunitária, no recovery e na qualidade de vida. (Doctoral Dissertation, ISPA –Instituto universitário).

Nobre, S. (2020). Perspetiva de curso de vida: a situação de sem-abrigo no feminino em Portugal. Análise Social, Vol. LV (2.º), n.º 235, 332-354.

OECD (2020). "Social housing: A key part of past and future housing policy", Employment, Labour and Social Affairs Policy Briefs, OECD, Paris, http://oe.cd/social-housing-2020.

Pereirinha, J. A., Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S. F., Fernandes, R., & Machado, C. (2008). Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino. Lisboa: Comissão para a Igualdade de Género.

Pordata (2022a). Limiar de risco de pobreza. https://www.pordata.pt/Portugal/Limiar+de+risco+de+pobreza-2167

Pordata (2022b). Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais. https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+risco+de+pobreza+antes+e+ap%C3%B3s+transfer%C3%AAncias+sociais-2399

Pordata (2022c). Taxa de intensidade da pobreza. https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+intensidade+da+pobreza-2360

Ramos, M. da C. (2007). Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. Revista Portuguesa De Pedagogia, (41-3), 299-333. https://doi.org/10.14195/1647-8614_41-3_15

Ramos, M. C. P. (2003). Acção social na área do emprego e da formação profissional. Lisboa: ed. Universidade Aberta, 384 p.

Ramos, M. C. P. (2016). Desafios do Estado social no contexto europeu e a (in)sustentabilidade da segurança social. In: Rocha, M. S.; Ramos, M. N. P.; Santos, S. M. & Costa, M. D. H. (Orgs) Seguridade social, interculturalidades e desigualdades na contemporaneidade. Natal: EDUFRN, pp. 16-57. http://hdl.handle.net/10400.2/6376

Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (2017). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9, 64-80.

Rosa, V., & Guadalupe, S. (2015). A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo. Intervenção Social, 42-45, 155-174. Obtido de: http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/2198

Santos, A.C. (2019) A nova questão da habitação em Portugal: uma abordagem de economia política. Coimbra: Observatório sobre Crises e Alternativas.

Silva, Susana Pereira (2007). Sem-abrigo: métodos de produção de narrativas biográficas Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 2, 69-82

Sorj, B. (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15(43), 25-34.

Timothy P. Huffman, Casey Leier, Mark A. Generous, Margaret M. Hinrichs & Luke Brenneman (2021). Climbing the 'scaffolded city': tactics used by homeless young adults to navigate employment barriers. Journal of Applied Communication Research, 49(2), 148-167.

Valduga, T. L., & Ferreira, J. M. L. (2019). Um olhar sobre a pobreza em Portugal e no Brasil. Educação em Foco, 23(1), 211-238.

Warner, L., & Lunt, P. (1942). The Status System of a Modern Community. New Haven: Yale University Press.

7. Apêndices

7.1. Guião de entrevista - Equipa técnica de acompanhamento dos SA

1. Breve apresentação da pessoa/função (nº anos, descrever as principais funções, responsável por quantos indivíduos);
2. No seu ponto de vista, quais serão os principais motivos que podem levar a que um indivíduo fique em situação de SA?
3. Considera que nos últimos anos fruto, por exemplo da pandemia, essas razões podem ter vindo a sofrer alterações?
4. Breve descrição dos SA que pertencem à associação (motivos, idades, género, escolaridade, tempo de SA);
5. Considera que a falta de emprego pode levar/retém os indivíduos nesta situação?
6. Considera que os SA tenham os mecanismos necessários para obtenção de um emprego? (documentos, apresentação, acesso às vagas)
7. Que mecanismos de integração na sociedade são normalmente utilizados pela instituição? Considera-os suficientes?
8. Que mecanismos é que considera que estejam em falta e deviam existir?
9. Sente que existe um esforço entre entidades públicas, como as autarquias para uma sinergia conjunta no combate aos SA? Se sim, que entidades desempenham um papel mais ativo?
10. Há, na instituição, casos de sucesso, de uma total reintegração da sociedade? Se sim, quais os fatores determinantes nesse sucesso?
11. O que pode estar a faltar no apoio direto ao SA?
12. Breve apresentação do programa HF. (entrevistador)
    Conhece o programa de HF? Considera que pode ser uma boa estratégia, porquê?
13. O que considera que diferencia o sucesso no combate aos SA em Portugal e em países com maiores taxas de sucesso?

7.2. Guião de entrevista - Indivíduo em situação de SA

1. Breve apresentação (género, idade, escolaridade, município);
2. Há quanto tempo está em situação de SA?
3. Que motivo ou conjunto de motivos poderá ter levado a esta situação?
4. Que tipo de laços familiares existem?
5. Qual foi o seu último emprego e porquê é que não resultou?
6. Procurar um emprego tem sido uma prioridade?
7. Que dificuldades encontra na busca de oportunidades laborais (documentos, apresentação, instrumentos)?
8. Considera que um emprego mudaria a sua vida?
9. Que tipo de apoios sociais usufruí?
10. Como obteve conhecimento desses apoios, alguém/ alguma instituição auxiliou?
11. Há quanto tempo é apoiado pela instituição?
12. A instituição, para além de um abrigo, dá apoio de outras formas?
13. Considera que ter uma habitação própria, poderia ter impactos na forma como se integra na sociedade, ajudando-o por exemplo a encontrar um emprego e a restabelecer laços familiares? Porquê?
14. No seu ponto de vista, o que é que pode estar a faltar na ajuda aos SA (numa perspetiva de prevenção/ auxílio na situação)?

7.3 Tabela 1: Análise de conteúdo

	Indicadores	Sub indicadores	Unidade de Registo	Breve resumo
Descrição da amostra	Género		"Eu tenho o género masculino" "Tenho a quarta classe, tenho 50 anos e sou do género masculino e eu era de gaia."	Todos os inquiridos eram do sexo masculino. A Instituição que deu suporte à investigação tinha como política o acolhimento apenas de pessoas do sexo masculino. A literatura salienta que entre as pessoas em situação de sem abrigo, este grupo representa a maior proporção.
	Idade		"tenho 22 anos" "Eu tenho 59 anos " "tenho 50 anos e estou divorciado" "tenho 39 anos" "Tenho 30 anos" "25 anos" " 30 anos e sou aqui do Porto." "tenho 50 anos"	As idades compreendiam-se entre os 21 e os 59 anos.
	Escolaridade		"estou agora a acabar um curso de técnico de apoio familiar e à comunidade" "tenho o 12º ano, ora bem.." "Tenho o 12º ano" "Até ao 6º ano. Aos 14 anos comecei a trabalhar no circo" "Estou a fazer uma formação.. Na área eletrotécnica que dá equivalência ao 9º ano." "Sou licenciado em Direito" "Tenho a quarta classe"	Ainda que a maioria dos inquiridos tivesse os níveis de escolaridade entre o 4º e o 9º ano, havia também um licenciado. O abandono precoce da escola é um fenómeno comum entre esta população, sendo também uma prática confirmada pela literatura. Para além disso, há 4 dos inquiridos, enquadrados em faixas etárias entre os 22 e os 30 anos, que estão neste momento inseridos em cursos profissionais para aumentarem os seus níveis de escolaridade.

	Localização geográfica		"Sou do Porto, nascido e criado no Porto" "Sou natural da Maia" " Sou da capital" "nasci na Covilhã. Desde os 4 anos que moro no Porto." "e sou aqui do Porto" "e eu era de gaia".	À exceção de dois utentes, que são naturais de Lisboa e da Guiné, todos os inquiridos sempre residiram na cidade do Porto.
Situação de Sem-abrigo	Tempo em situação de SA		"estive na Cruz Vermelha mas só estive lá 3 meses" "Ainda tive um mês e meio na rua" "1 mês ou 1 mês e meio. A dormir dentro de carrinhas abandonadas. " "Dormi na rua durante 1 ano". "Estive numa situação de sem-abrigo mesmo na rua quase um mês.."	E média os utentes encontram-se nesta situação há 2 anos. Sendo que, na maior parte dos casos, os percursos de vida são marcados pela pobreza e a falta de redes apoio. Não obstante, há inquiridos que nunca chegaram a "habitar" na rua, sendo que a realocação em instituições foi rápida. Por outro lado, há inquiridos que chegaram a "habitar rua" entre 2 dias a 6 meses.
	Tempo da Instituição		"Estou nesta situação há mais ou menos 2 anos. A minha vida, eu sempre vivi em instituições. " "Aqui, na casa da Rua estou há 8 meses." "Estou aqui desde setembro. Não, não, felizmente é a primeira. Ou seja, pedi uma ajuda para tentar relançar a minha vida, porque eu até.. Para ser sincero nunca me senti, sem abrigo puro, nunca fui. Ou seja, tive sempre casa, estava com a mulher, o	A Casa da Rua tem como objetivo uma reintegração da sociedade, num prazo entre 6 a 9 meses, está desenhada para ser o lançamento para a autonomia habitacional despois desse intervalo temporário. Em média os utentes estão lá há 7 meses, sendo que há 2 casos de estadia de longa duração, nomeadamente de pessoas com faixas etárias entre os 20 e os 30. Foi comum nos utentes a expressão da preocupação por "não poderem ficar lá para sempre".

			filho.. Mas foi uma decisão pensada para levar outro rumo. “ “Estou aqui há 7 meses.” “Há 1 ano e meio ou dois anos.” “Já entrei e saí. Hum e entrei outra vez, estou aqui há 3 meses. Primeira vez estive aqui 6 meses e depois arranjei a minha casa, mas depois voltei. “ “Há 5 meses”	
	Percursos de Vida		“A minha vida, eu sempre vivi em instituições. Isto é, a partir dos meus nove.. oito, nove anos. A minha mãe morreu quando eu tinha 7, eu saí do meu pai com 8, se não me engano. Ah pronto, nisso vivi numa instituição durante.. até aos meus 18 anos” “Sim, eu vivia com a minha mãe mais os meus filhos, entretanto a minha mãe teve um AVC, teve ir para casa da minha irmã… Já era o segundo. Foi para casa da minha irmã, mas dava-nos o dinheiro para pagarmos a renda na mesma. Não todo mas parte. Eu continuava só com o rendimento … Os meus filhos, só trabalhava o	Cada individuo entrevistado era marcado por um percurso de vida diferente e único. Este tópico torna-se difícil de sumarizar pelas particularidades de cada percurso de vida. No entanto as principais razões apuradas foram: instabilidade financeira, falta de emprego, morte da rede familiar de apoio do indivíduo e crimes leves. Todos estes motivos são apresentados na literatura como os mais comuns entre a população.

			mais novo.. o outro não. A minha mãe morreu, deixamos de ter como pagar a renda da casa. Que a parte da minha mãe não vinha de lado nenhum. E tivemos de entregar a casa que era alugada a uma agência." "Foi em outubro que me divorciei, depois tive de sair da minha habitação porque a relação não era a melhor. Eu preveni, porque não sei se podia acontecer outra situação mais difícil ou não. Tomei a decisão de sair para prevenir." "Aconteceu que estava fora na Alemanha. E depois houve lá uma serie de problemas, estava sempre a trocar de residência e chegou a um ponto que o próprio país… olhe tive de me vir embora". "Para além do que estou a passar aqui já estive pior, estive na cadeia." "Foi assim. Eu estava numa casa arrendada, os pais faleceram e a senhoria não quis passar o contrato	

			para mim. Eu cismei que não lhe ia pagar a renda e tive de vir para a rua. Isto foi há 3 anos atrás. Depois a SS arranjou-me um quarto mas tinha de pagar, tinha o IRS mas tinha de pagar e ficava sem dinheiro, pagava 150 euros. Conclusão, era um quarto partilhado com seis pessoas e estava a ficar maluco, ela não me passava recibos estive lá 1 ano e não me passava recibos e disse-lhe não pago até me passar recibos e foi lá a policia e tive de sair para a rua…"	
Laços familiares e redes de apoio	Contacto com a família		"Não, não comecei sempre e perder as pessoas muito cedo. A minha mãe perdi aos 15 anos e o meu pai perdi há 20 anos e não tenho irmãos." "Vivi com a minha avó que é como se fosse minha mãe, só que.. Tenho mãe que está viva mas não me dou com ela que é toxicodependente.. é drogada e só se mete na "pinga" e eu não quero isso." "Não, não tenho pais.. Nem mulher, só tenho irmãos mas não me dou muito bem."	Na sua maioria e, como se confirma na literatura, os utentes não têm contactos com a família. Na sua maior proporção apresentam-se dois motivos, a morte dos familiares mais diretos (pais/ irmãos) ou quezílias familiares graves que levam à quebra do contacto. Há no entanto utentes que mantêm o contacto familiar mas onde a família não está ocorrente da situação que os mesmo enfrentam, demonstrando alguma vergonha em admitir a sua situação atual. O contacto com as famílias não é frequente e nestes casos é feito essencialmente através de chamadas telefónicas e viagens periódicas nas épocas festivas como, por exemplo, o natal.
Empregabilidade	Background profissional		"Já tenho um ano e meio de descontos. Trabalhei numa empresa de eventos. Que era basicamente.. Fiz	A maioria dos utentes, devido por um lado à baixa escolaridade, começou a sua vida laboral muito cedo. O background profissional dos inquiridos

			a volta a Portugal de 2018.. Depois trabalhei em restaurantes" "Eu trabalhei 15 anos na papelaria Fernandes. Era o responsável pelo armazém. Depois a papelaria faliu. Erámos a maior papelaria do país mas aquilo faliu." "Eu nunca trabalhei efetivo, só estágios. Tenho curso de telefonista, apareceriam os estágios profissionais era mais por aí. Nunca tive a sorte de ficar efetivo em lado nenhum. Gostavam muito e tal mas nunca houve oportunidade". "Foi lá na Alemanha, empregado fabril de alumínio. Estive lá 9 meses." "Em vários áreas, em fábricas de calçado, numa reciclagem e agora novamente na construção civil.."	prende-se por profissões sazonais, como o turismo e a restauração. Para além disso também há grande preponderância para profissões marcadas normalmente pela precariedade, como por exemplo a construção civil. À exceção de um utente, todos eles já tinham trabalhado nestas áreas em oportunidades passadas. Para além disso, há 2 utentes que tinham carreiras de cerca de vinte anos na mesma organização, o que levou a um total desnorteamento quando se viram desempregados, pela primeira vez na vida.
	Situação atual		"agora estou mais focado no curso e a carta de condução. O meu curso mais a carta de condução dá-me mais portas abertas"	Na amostra, apenas dois dos inquiridos se encontram atualmente a trabalhar, ambos em situações precárias (ver mais à frente). O resto do grupo encontra-se em situação ativa de procura de emprego, há vários meses. Uma das estratégias utilizadas pela casa da rua é também a frequência de

			"Por questões de saúde, eu neste momento, não pode ter um emprego qualquer.. Tem de ser um emprego, onde eu chegue lá e diga tenho, isto, isto, isto. E acontece que de x em x tempo, tenho de ir à casa de banho.. de 15 em 15 minutos, o que seja. Mas também depende se estiver nervoso piora." "Tenho procurado, estive na Ferrovia, nós trabalhávamos com a triagem do lixo, a separar." "Estou a trabalhar. Na Aguda. Como jardineiro. É um curso." "Trabalho, na construção civil. Dá, mas neste momento, estou a juntar o dinheiro. Pedi para ficar aqui por enquanto para juntar algum dinheiro." "agora novamente na construção civil."	cursos profissionais remunerados, situação em que se encontram 3 dos inquiridos.
	Dificuldades na busca de um emprego	Ferramentas de trabalho mais Hard Skills (CV)	"Chego lá e pergunto: Precisam de pessoas para trabalhar? Na altura do verão é uma altura que necessita muito de pessoas para trabalhar. E houve uma altura que eu fui à praia na Granja e tinha lá um restaurante, cheguei lá, e pronto. As minhas	No que concerne à dificuldade na procura ativa de emprego apurou-se que ainda que a maior parte dos inquiridos tenha CV. No entanto, este foi feito à relativamente pouco tempo com apoio da instituição. Apurou-se também que vários inquiridos têm acesso a formação disponibilizadas pelo IEFP para o desenvolvimento das hard skills,

			colegas queriam ir à casa de banho e entretanto, desenrolei a conversa do trabalho. Tenho currículo, entretanto acabo o curso e vou ter um certificado do 12º ano e depois vou fazer o meu currículo novamente para pôr tudo." "Aquilo é acessibilidades no contexto de trabalho, aprende-se. O que me chamou mais atenção foi a informática, aperfeiçoar.. Praticamente não sabia nada, de resto era mobilidade que não preciso, braile não preciso. Que é a nossa escrita. " "Não sei ao certo. Devem ter alguma anomalia pelas pessoas. Não sei se é pela aparência. Eu acho que é o interesse. Uma pessoa candidata-se o problema e eles chamarem quem se está a candidatar."	focadas por exemplo o domínio de ferramentas informáticas, com as quais os mesmos nunca tinham tido contacto anteriormente. Salientar o fator da deficiência.
		Acesso às vagas de emprego	"Eu não tenho muita dificuldade em si, porque a maneira como eu já falo com os patrões, já me dá abertura para conseguir."	A dificuldade no domínio informático e a falta de acesso a computadores (tanto no seu dia-a-dia como na procura de emprego) dificultam o acesso às vagas de emprego que hoje em dia são divulgadas através da internet. Neste sentido, os inquiridos não

			"Internet.. Faço chamadas. Pela Dr. Carmén. Tenho.. Certificado de habilitações." "A internet na altura não havia. No jornal, ou através de amigos. Quando eu saí da papelaria Fernandes, não foi muito difícil arranjar emprego até porque o meu currículo como empregado de armazém era muito grande. Fui lá à entrevista e disseram logo, sim senhora fica." "Vou ao centro de emprego do Porto, ali na trindade." "Foi muita procura. Também tive ajuda de umas doutoras do IEFP. Por exemplo no albergue foi a doutora que me ajudou." "Procurei 2 ou 3 vezes mas é muito difícil, mas não tinha resposta." "Passei por lá, pedi para falar com o encarregado de obra e expliquei a minha situação, ele deu-me o numero do meu patrão e fiquei.."	têm por hábito a procura de vagas online, focam-se no contacto direto com os locais onde querem trabalhar, entrando em contacto com os gerentes e entregando o seu cv à mão. O pedido de emprego à rede de contactos é também um hábito comum entre os inquiridos, que frequentemente pedem emprego a família, amigos e até conhecidos. No caso dos dois utentes empregados, ambos os trabalhos foram arranjados desta forma. Para além disto, os inquiridos que de facto se candidatam a vagas online salientam que não têm tido nenhum retorno.
		Perfil de empregabilidade	"Por exemplo a fazer transportes de moveis, também já trabalhei num albergue a fazer serviços gerais, na	No que concerne ao perfil de empregabilidade, a totalidade dos indivíduos está numa procura ativa de oportunidade onde o nível de escolaridade seja

			cozinha, a limpar os pisos. E também na construção civil como servente." "Já, na restauração. Também já trabalhei na minha área, na montagem de paneis solares, há muitos anos mas não gostei.."	reduzido. Assim, a maior parte dos contactos que com o objetivo de conseguir um emprego são na construção civil, na restauração e na separação de lixo. Para os inquiridos com uma menor faixa etária demonstra-se mais fácil a obtenção de um emprego, já para as faixas etárias mais envelhecidas não há abertura no mercado para a sua empregabilidade.
		Preconceito	"Sabe que pronto, é muito competitivo e depois temos de contar com o aspeto que é a deficiência, que não é um entrave mas as empresas são intermitentes. O problema não é o saber e trabalhar .. o desemprenhar, mas é os entraves nas oportunidades." "Ui, muitas. Sabe como uma pessoa estão numa casa destas as pessoas pensam logo outras coisas. Não tem nada a ver o tratamento. As pessoas são preconceituosas tanto é que o "homenzinho" pensou que eu era burro."	O preconceito é também uma das razões que os inquiridos apontam para a falta de oportunidades. Apesar de não terem referido o aspeto físico (uma vez que a instituição se encarregada da lavagem da roupa e da apresentação geral dos seus utentes - cortes de cabelo e saúde oral, foram vários os inquiridos que salientaram que se "notava" que eles eram SA. A falta de empatia e desconfiança dos empregadores acaba por ser um fator determinante na vida destas pessoas. Exemplo: despedimento coletivo do centro de recolha de lixo por acusação de roubo. Ideia de exclusão social. Marginalidade.
	Caracterização do emprego	Setor + Salário + Tipo de contratos + Condições laborais	"Porque sabe, entretanto andei a trabalhar uns anitos por baixo da mesa, como se costuma dizer. Pronto, mas isso não tenho problema em dizer. Andei praí uns 6 anos a trabalhar sem descontar"	Apesar de na amostra o numero de pessoas que se encontram no mercado de trabalho ser reduzido, há inquiridos que trabalham. No que concerne ao setor, estão na sua maioria alocados à construção civil, a restauração também se salienta, mas com menor preponderância nos meses de inverno. Nenhum dos inquiridos em questão tem um contracto de trabalho com a empresa à qual presta

			"Entro às 07h30 da manhã e saio às 17h30." "Não, não tenho contrato. Estou na fase onde eles estão a ver." "Andava a trabalhar para um fulano mas não pagava os dias todos.. eu era oficial de primeira e metia-me como servente no recibo e eu peguei e vim me embora. Não me pagava feriados, nem fim-de-semanas, nem me queria dar o subsídio de alimentação." "Recebo o salário mínimo. Já recebi duas vezes." "Ainda não. Não faço descontos. Há 2 meses, só. Já falei com o meu patrão e ele disse que vai tratar disso. "	serviço, salientando que estão "à experiência". Os mesmos encontram-se nesta situação ilegal há vários meses, não tendo acesso a descontos para segurança social, a medicina no trabalho, a férias e a subsídios como o de alimentação e o de férias. Para além disso, o salário é pago muitas vezes em dinheiro, correspondendo ao salário mínimo.
	A dimensão de um emprego		"mudava, dava um volta de 360º, dava. Eu vou-lhe explicar porquê porque um dos meus grandes objetivos era voltar a viver com os meus filhos… Além disso, tenho duas irmãs mas, a mais nova desde o funeral da minha mãe nunca mais falou comigo. Mas a outra, a mais	Todos os inquiridos salientam que um emprego mudava a sua vida.

			velha, telefono todos os dias, passei lá o natal." "Tudo, não tenho razão de queixa. Mas não posso estar aqui toda a vida por isso que estou desesperado em conseguir trabalho para preparar tudo para mais tarde." "A mim falta trabalho. Sempre fui um homem muito desenrascado na vida. Nunca fui de chatear quem for. Tenho tudo programado para sair daqui só falta o trabalho." "Acho que é fundamental, é um alicerce para ter a minha própria independência, percebes?" "Sem um trabalho a gente não tem a nossa dignidade." "Na reciclagem e saí porque foi assim, aqui um colega foi apanhado a gamar e fomos todos despedidos. Mas já tínhamos assinado um contrato de um mês e já me tinham dito que gostavam de mim. Estávamos quatro aqui da casa da rua e fomos todos embora, meteram-nos todos no mesmo saco. E eu estava a gostar do	

			trabalho ia ganhar um bom salário e não era tão pesado como na minha arte.”	
Perspetivas de melhoria na assistência aos SA	Habitação + Apoios remuneratórios		“Eu acho que em primeiro lugar o IRS, não é suficiente para toda a gente porque não é. Mas depois também toda a gente queria e ficava em casa sem trabalhar. Mas podia ser um bocadinho mais, que desse para pagar um quarto que fosse. Agora eu julgo que.. Eu vou falar na Camara do Porto, que é onde eu vivo.. mas todas em geral, deviam apoiar muito mais esta gente. Porquê? Essas casas que estão ao abandono.. Onde eles deixaram contruir alojamento local até dizer chega, poderiam ter sido aproveitadas e o Estado podia comprar muita coisa que está aí ao desbarato e mandar contruir e por lá gentinha com apartamentos partilhado.. Pega lá tu, pega lá tu… E tirar a gente que dorme na rua, que é o pior de tudo.” “mas também acho que preciso de condições mentalmente para sair daqui. Pode-se ter muita vontade mas se a nível de cabeça não se estiver	IRS + Habitação social + apoio social e mental aos utentes.

			bem.. Aqui tenho esse apoio.. mas a mim custa-me estar sempre a falar com uma pessoa desconhecida, mas não tenho muito seguimento só tivemos a conversar duas vezes. Mas de resto vai-se vivendo." "Meu deus, faltam casas sociais como eu já tenho pedido há anos, uma casa mais barata. Nunca me deram ajuda na Camara de Gaia." "Apoios financeiros.. Falta nossa privacidade".	

FACULDADE DE **ECONOMIA**